



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4^{MASSAS}

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 29 - Nº 552 - DE 8 A 22 DE OUTUBRO DE 2017 - R\$ 4,00

Reagir à ofensiva da direita fascistizante

A greve geral de 28 de abril mostrou o caminho para enfrentá-la. As condições objetivas para combater a classe capitalista e sua tendência reacionária estão dadas. Trata-se de **trabalhar pela organização dos explorados, combinando as reivindicações econômicas com as políticas. Trata-se de **retomar a greve geral** contra as reformas do governo golpista de Temer. Trata-se de **lutar pela construção do partido operário revolucionário**.**

**Viva os 100 anos
da Revolução Russa!**



Ato Político

22/10 - 15 Hs

Catalunha



**Pelo direito da Catalunha à separação
e constituição do Estado Nacional
Fora a polícia espanhola da Catalunha
Pelo direito democrático dos catalães
decidirem sobre seu próprio destino**

É preciso reagir à ofensiva da direita fascistizante

Está claro que a política burguesa fez uma virada à direita ditatorial. O seu marco se encontra na constituição da frente golpista em torno do impeachment de Dilma Rousseff. A cassação da presidente eleita em 2014, portanto, menos de um ano e meio de mandato, confirmou a consolidação do curso direitista.

O governo usurpador que tomou lugar do governo eleito expressou a necessidade do grande capital de impor ao País uma ditadura civil. A mudança de rumo se deveu, em última instância, ao aprofundamento da crise econômica, que atingiu uma das recessões mais severas vividas pelo Brasil. É nessas condições que o nacional-reformismo petista naufragou.

Nas eleições de 2002, evidenciou-se a tendência da política burguesa à esquerda. O que ocorreu depois de 17 anos de instabilidade política após o fim da ditadura militar, em 1985. E depois de o governo de Fernando Henrique Cardoso, montado pela coalizão PSDB e PMDB, ter aplicado um nefasto plano antinacional e antipopular, nos anos de 1995 a 2002 (Plano Real).

O governo do PT adaptou-se às exigências do grande capital, assim estreitou e limitou a tendência à esquerda da política burguesa. Está aí por que a sua defenestração pelo impeachment não evidenciou imediatamente a extensão da virada à direita. É sob o governo golpista que será exposta com maior clareza. A crise que continuou golpeando a governabilidade após o impeachment potenciou ainda mais a direitização.

Depois do general Antônio H. M. Mourão, que, já em 2015, convocava os militares para o “despertar da luta patriótica”, ter declarado que a solução da crise deveria ser dada pela intervenção das Forças Armadas, foi a vez do general da reserva Luiz E. R. Paiva dizer que os militares têm legitimidade para “recuperar a estabilidade do país”. Embora não haja um movimento orgânico voltado a um golpe militar, tais manifestações não deixam de ser importantes sintomas da virada à direita.

Em paralelo e provavelmente em conexão, se organiza um movimento empresarial que certamente está de acordo com o chamado ao “despertar a luta patriótica”. A criação do “Fundo Cívico” para apoiar partidos e candidatos reacionários é mais um dado dessa constatação. Reacionários como Luciano Huck, Eduardo Mufarej, Armínio Fraga, Abílio Diniz, Gustavo Franco, etc. estão por trás desse movimento empresarial. Nessa linha, se procura potenciar

candidaturas fascistizantes como a de Jair Bolsonaro e João Dória. À frente dos direitistas, está a bandeira da moral e da estabilidade.

A corrente supostamente moralizante se ergue como uma força capaz de levar adiante o plano econômico de Temer, mas de forma moralizadora da política e do Estado. Participou do golpe de Estado, mas, agora, procura se distinguir dos aliados que estão sendo denunciados pela Operação Lava Jato. Na esteira da direitização, o STF aprovou a implantação do ensino religioso na escola pública, os evangélicos voltaram à defesa da chamada “cura gay”, avança o plano da “escola sem partido” e aventa-se recolocar a aprovação da lei de maioria penal.

A reforma política – diga-se de passagem, com a participação do PT e PCdoB, restringe ainda mais o direito democrático partidário e eleitoral. Financia com dinheiro público somente os grandes partidos e impõe uma cláusula de barreira que inviabiliza os partidos de esquerda legalizados. Impõe-se um curso de regressão às pequenas conquistas democráticas – reivindicadas pelo movimento da pequena

burguesia – do período em que o PT governou. E que deu o tom à tendência à esquerda da política burguesa.

Certamente, o ataque à vida dos explorados é o que caracteriza a virada política sob a influência direta do capital financeiro e dos monopólios. A reforma trabalhista que entra em vigor em 11 de novembro e a reforma da previdência a caminho expressam as contradições de fundo, que se manifestam na superestrutura política e ideológica. A burguesia está diante do capitalismo em decomposição e não tem outra saída senão impor regressões históricas. A necessidade do grande capital de atacar as relações trabalhistas e sociais impulsiona a reação política e ideológica que assume feições fascitizantes.

O fundamental, porém, está no fato de a classe operária estar desarmada para combater a reação burguesa. A greve geral de 28 de abril mostrou sua força social. O que fez tremer a burocracia sindical e toda laia de reformistas que fazem discursos parlamentares às vezes incendiários. É nos marcos da luta de classes que avaliamos a direitização e seus perigos para os explorados. As condições objetivas para combater a classe capitalista e sua tendência reacionária estão dadas. Trata-se de trabalhar pela organização dos explorados, combinando as reivindicações econômicas com as políticas. Trata-se de lutar pela construção do partido operário revolucionário.

A reforma trabalhista que entra em vigor em 11 de novembro e a reforma da previdência a caminho expressam as contradições de fundo, que se manifestam na superestrutura política e ideológica. A burguesia está diante do capitalismo em decomposição e não tem outra saída senão impor regressões históricas. A necessidade do grande capital de atacar as relações trabalhistas e sociais impulsiona a reação política e ideológica que assume feições fascitizantes.

O caso Aécio

Porque se tornou um fator da crise política

As tendências da crise e a tática do proletariado

Estava certo que o Senado votaria, nesta terça-feira de 3 de outubro, uma resolução contrária à decisão da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal de afastar Aécio Neves de sua função parlamentar e de obrigá-lo a se recolher à noite em sua casa. O que parecia um ato de autoafirmação do Legislativo diante do Judiciário acabou melancolicamente com a votação de 50 a favor e 21 contra o adiamento da decisão. A presidente do STF, Carmem Lúcia, havia marcado para 11 de outubro o julgamento de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade, momento em que se confirmaria ou reprovava a medida tomada pela Primeira Turma contra Aécio. Armou-se no Senado um movimento de defesa do parlamentar do PSDB. Ocorre que nem mesmo o partido de Aécio estava unido em torno da rebeldia contra o STF.

Iria o Senado aprovar uma resolução desautorizando a Suprema Corte? O que aconteceria se os dois poderes mantivessem suas posições? O conflito levou a argumentos de que a democracia e o Estado de Direito estavam em perigo. Os presidentes do Senado e do Supremo acabaram negociando nos bastidores a não votação na seção de 3 de outubro. O resultado foi caracterizado como um recuo para se evitar um confronto institucional. Eunício Oliveira, presidente do Senado, assim justificou: “Construímos a oportunidade de a Suprema Corte, pelo seu plano, reverter a posição de divergência interna de uma de suas Turmas.” A ideia de Eunício é de que está colocada a priori a reversão pelo plenário do STF da decisão da Primeira Turma. Se assim ocorrer, o Senado compensará o seu recuo com o recuo do STF. É bem possível que o choque entre os dois poderes do Estado conclua em negociata. O que é próprio da democracia burguesa.

A pergunta é por que a denúncia de corrupção e de obstrução da justiça de um senador se torna o pivô do confronto institucional? Lembremos que o Senado não vacilou em cassar o mandato do petista Delcídio Amaral pelos mesmos motivos. Aécio também foi pego em flagrante pela gravação de Joesley Batista, da JBS. Se se tomar a ficha corrida do senador peessedebista se encontrarão nove inquéritos e nenhuma condenação. O que quer dizer que o delinquente conta com uma extraordinária proteção institucional. É o que se chama “um homem forte” da política burguesa. Chegou ao ápice de disputar as eleições presidenciais de 2014 com Dilma Rousseff. Perdeu por pouco, não se conformou e passou a liderar um movimento conspirativo pela derrubada de sua adversária, por meio de um golpe



Qualquer que seja a punição a Aécio pelo STF, é inaceitável pela coligação que promoveu o golpe, uma vez que esse “homem forte” cumpre um papel de grande importância para manter as forças golpistas unidas na sustentação de um governo completamente isolado da população e acossado pelas denúncias de corrupção.

de Estado. Foi, portanto, um dos artífices mais importantes de implantação do governo golpista de Temer. Esteve à frente da elaboração e defesa do plano de reformas antinacional e antipopular da ditadura civil, que nasceu da interrupção do mandato do governo eleito. Vem de uma família oligárquica de Minas Gerais e, como tal, da velha política burguesa. Está aí por que se distinguiu do caso Delcídio, embora o seu grau de periculosidade seja muito

superior ao do ex-senador petista. Qualquer que seja a punição a Aécio pelo STF, é inaceitável pela coligação que promoveu o golpe, uma vez que esse “homem forte” cumpre um papel de grande importância para manter as forças golpistas unidas na sustentação de um governo completamente isolado da população e acossado pelas denúncias de corrupção.

É sintomática a trajetória das denúncias contra Aécio. Lembremos que diante das provas expostas pela delação da JBS, o ministro Edson Fachin não teve outra esco-

lha senão o de afastar Aécio do Senado. O então Procurador-Geral da República, Rodrigo Janot, pediu a prisão do senador. Fachin foi condescendente. Mesmo assim se criou um alvoroço nacional em defesa do delinquente. Havia o agravante de que a denúncia contra Aécio estava intimamente ligada à denúncia contra Temer. Na realidade, era o mesmo processo para quadrilhas distintas, a do PSDB e a do PMDB (o PT também mandou a sua). Em seguida, o ministro Marco Aurélio Mello revogou a decisão de Fachin e Aécio voltou ao Senado. No ato seguinte, o Conselho de Ética do Senado arquivou um pedido de cassação de Aécio. Antes de concluir o seu mandato como Procurador-Geral da República, Janot voltou a pedir a sua prisão. É bom assinalar que sua irmã, Andrea Neves, e seu primo, Frederico Pacheco, continuavam e continuam em prisão domiciliar por convivência. Agora, a Primeira Turma decidiu pelo afastamento do senador e acrescentou a obrigação de se recolher à noite. Esse acréscimo mais uma vez criou o alvoroço nacional. Como pode o Supremo impor uma pena a um parlamentar que tem foro privilegiado? Todo peso do batalhão de juristas e comentaristas foi colocado na balança da inconstitucionalidade. A discussão se o recolhimento preventivo do senador é ou não uma prisão cautelar foi longe. No caso do Delcídio, se justificou porque houve o flagrante do delito. No de Aécio, não se justifica porque não se deu essa condição. Mas as provas contra o senador mineiro são

materiais e conclusivas por si mesmas de que se tratou de crime de corrupção e de tentativa de obstrução de justiça. A irmã e o primo podiam permanecer confinados, mas o autor principal do crime devia permanecer livre porque era um “homem forte” do Senado. Essa descrição expressa perfeitamente o apodrecimento e a decomposição da política burguesa e das instituições correspondentes. Aqueles que pretendem ou acreditam que é possível reformá-las e moralizá-las são impostores. A classe média, ou melhor, uma de suas camadas, aspira esse feito, por meio da Operação Lava Jato, dos processos e prisões. Mesmo entre as esquerdas que se reivindicam do socialismo, nos deparamos com bandeiras que vão nesse sentido.

As massas que enfrentam o dia-a-dia para ganhar uns trocados estão enojadas com os escândalos, com as mentiras judiciais, com o jogo parlamentar e com os privilégios. Os explorados sempre souberam que os partidos e seus políticos se servem do Estado para todo tipo de ladroagem. Mas chegaram a acreditar que com o PT seria diferente. Milhões se enganaram e caíram no descrédito. Discute-se na imprensa monopolista o mar de desconfiança dos brasileiros perante o que chamam indevidamente de “classe política”. Não poderia faltar manifestação da direita saudosa da ditadura militar.

Essas reações expressam a profunda crise política em que o país mergulhou sob o impacto da crise econômica e da incapacidade do reformismo petista em administrá-la. Se se observar em sua grande dimensão, se verificará que desmontou no esgotamento da ditadura militar e que se desenvolveu com altos e baixos até nossos dias. A derrubada do governo de Dilma Rousseff por meio do golpe e a constituição de um governo de ditadura civil se deveram a essa projeção. Provavelmente, a burguesia e a frente golpista partidária não esperavam que o governo Temer fosse incapaz de centralizar as forças do Estado e assim exercer plenamente a ditadura civil. Como se vê, os choques entre as instituições expressam o desenvolvimento da crise política que levou ao golpe de Estado. Muito se fala de que a democracia felizmente é sólida

e que assistimos à independência dos poderes, mas que é preciso evitar a ruptura da harmonia. Ocorre que os fatos indicam que tal harmonia somente existe quando os poderes não são independentes e se acham firmemente disciplinados pelo poder central. Notamos que a independência que aparece no choque do Senado com o STF no caso de Aécio Neves resulta precisamente da desarmonia, ou seja, do impulso das forças centrífugas da gigantesca crise política.

É importante assinalar a dinâmica dos choques institucionais para se verificar que a principal tendência da política burguesa é o autoritarismo, o centralismo burocrático, e não a ampliação da democracia. O que quer dizer que nenhuma das frações burguesas e nenhum de seus partidos têm como assumir um movimento democrático de reordenamento das forças capitalistas no seio do Estado. O próximo período será de recrudescimento das posições direitistas e ditatoriais. Os explorados já enfrentam essa tendência que se materializou na forma de um governo voltado a impor a todo custo as reformas antinacionais e antipopulares. O democratismo pequeno-burguês e burguês do PT, de sua Frente Popular e da burocracia que lidera os movimentos se mostra impotente e se adapta às tendências autoritárias da política burguesa.

É preciso mostrar aos explorados, de um lado, a via ditatorial da burguesia e, de outro, o fracasso da via democratizante do petismo e aliados. Estamos diante de um problema que não é novo: a luta pela organização independente da classe operária. Essa luta não é nova, mas se dá em um novo patamar da crise burguesa. É decisivo clarear as tendências destrutivas e reacionárias do capitalismo. Evidenciar que a crise política é o reflexo superestrutural do choque entre as forças produtivas e as relações de produção. Trata-se, portanto, de organizar a luta independente em relação a qualquer uma das variantes da política burguesa. A vanguarda revolucionária está obrigada a não apenas a ocupar as trincheiras de combate pelas reivindicações mais elementares das massas, como também a trabalhar claramente pela estratégia da revolução proletária.

Obscurantismo religioso é aprovado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) Qual é a resposta da classe operária e da juventude oprimida?

Depois de 9 anos, o acordo Brasil-Vaticano (12 de dezembro de 2008), assinado pelo Presidente Lula e Papa Bento XVI, foi retomado STF para decidir sobre o Artigo 11, parágrafo 1º, que regulamenta a introdução do ensino religioso nas escolas públicas. Como era de se esperar, a discussão sobre o caráter laico do Estado esteve na base da decisão. Cinco ministros do STF consideraram que o ensino confessional é contraditório com o princípio da laicidade, outros cinco disseram que não. A presidente da STF, Carmem Lúcia, deu vitória à Igreja Católica. De forma que, por 6 a 5, o Brasil passa a adotar como ensino obrigatório a religião na rede pública. Um punhado de juízes, cujo mandato é dado pelo governo, decide por cima de toda a população, atendendo aos interesses do Vaticano. É

bom lembrar a responsabilidade do governo Lula e do PT.

A “Concordata” resultou de uma tremenda pressão da Santa Sé para que a República do Brasil reconhecesse o Vaticano como Estado, cujos bens aqui no Brasil lhe pertencem e que a Igreja Católica seja reconhecida como oficial. Em 2007, Lula chegou a reagir negativamente à investida do Papa. No entanto, no final de 2008, o petista assinou o acordo, que reconhece à Igreja Católica o direito de desempenhar sua função apostólica. Essa formulação que parece injustificada, uma vez que a Igreja Católica, desde a colonização, exerceu hegemonicamente “sua função apostólica” e chegou a ser reconhecida como um poder de Estado, na realidade, significa reconhecê-la não só como a religião oficial como expressão de um

Estado independente, que é o Vaticano. O acordo reconhece que a Igreja Católica não é apenas uma religião, mas a única religião constituída como um Estado (Vaticano).

O STF mostrou-se servil à Igreja Católica, embora tenha ficado dividido. A regressão é brutal. Dá maiores poderes à religião sobre a educação. Não bastando a rede de ensino particular que comanda, agora, reintroduz o ensino religioso que havia sido quase que afastado da escola pública. Em nome da liberdade religiosa, a Igreja se vale do Estado para fortalecer sua presença obscurantista no sistema educacional. Além de sua rede particular de ensino completamente subsidiada pelo cofre público, agora poderá utilizar a vasta rede estatal.

A escola, por seu fundamento, deve ser científica. Seus conhecimentos e o processo de aprendizagem têm de se basear na ciência e nos respectivos métodos. Para tal, obrigatoriamente se alicerçaria no materialismo histórico e dialético. De maneira que não cabe a religião, nenhuma forma de superstição e de credice. A própria burguesia procurou encontrar um caminho que levasse até a escola científica. Mas fracassou. A escola assentada na divisão de classes, na exploração do trabalho e nas mais variadas formas de opressão social jamais poderia ter assegurada a plenitude científica. A divisão social do trabalho, que impõe o divórcio entre a produção social e o ensino, em outras palavras, entre a prática e a teoria, constantemente desmorona os alicerces do ensino científico, que se manifesta como necessidade de desenvolvimento das forças produtivas. A religião comparece, portanto, como um fator ideológico das forças contrárias à escola baseada no materialismo histórico e dialético.

Não é por acaso que a aprovação pelo STF da reintrodução do ensino religioso na escola pública ocorre no momento

de reação ideológica. Os evangélicos criaram um movimento e um projeto de lei batizado de “Escola sem Partido”. Retoma-se, por outro lado, a noção de escola disciplinada pelo código militar. São intervenções impulsionadas pelas igrejas, por militares, pelas bancadas parlamentares, por governos e empresários. Por essa via, potenciam a decomposição da educação. Tais variantes obscurantistas emergem do processo de desintegração do capitalismo, que já não tem como desenvolver as forças produtivas em escala mundial. Está aí por que a burguesia faz o caminho contrário da necessidade da escola científica. Em uma situação de desmoronamento social e de agudização da luta de classes, reforça-se o papel da escola como instrumento de dominação ideológica. A religião, de um lado, e a disciplina militar, de outro, caminham juntos nesta investida burguesa.

Há que se travar a luta em defesa da escola científica. Torna-se ainda mais clara a vigência da luta pelo ensino vinculado à produção social. Esse vínculo permite estabelecer a unidade dialética entre a teoria e a prática. Essa é a transformação que opõe a escola, o ensino e os conhecimentos científicos ao idealismo religioso, e ao idealismo em geral. E que se opõe à reacionária disciplina militar (autoritária). Como parte desse programa, coloca-se o fim de todo o sistema privado de educação e de todo ensino confessional. A escola única, estatal, sob o controle da classe operária, é um passo necessário para superar o divórcio entre o ensino e a produção social. Para conquistá-la, é preciso que a classe operária em aliança com as demais classes oprimidas lute por ela como parte da revolução social. A juventude deve ser despertada no combate pela escola científica e contra a ofensiva reacionária da burguesia e de seus aparatos ideológicos.

Plenária Nacional dos Trabalhadores da Indústria

Muitos discursos pela rejeição da reforma trabalhista e acordo contra a retomada da greve geral

No dia 29 de setembro, realizou-se em São Paulo a Plenária Nacional dos Trabalhadores na Indústria, convocada pelo movimento Brasil Metalúrgico, com o chamado em defesa dos direitos e contra as reformas do governo e do Congresso Nacional. Contou com cerca de 1.500 dirigentes sindicais de São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná e Espírito Santo. Tratava-se, como disseram as centrais sindicais, da continuidade da campanha promovida pelos sindicatos metalúrgicos nas portas de fábricas, que culminou com as mobilizações de 14 de setembro. A plenária foi dividida em três blocos: 1) sobre o posicionamento das centrais, 2) de sindicatos; 3) a leitura da Carta. Para encerrar, houve uma passeata na avenida próxima ao local do encontro.

Logo após o 14 setembro, as centrais fizeram um balanço da mobilização. Nessa reunião, houve o acordo de realizar uma plenária, mas sem o caráter de deliberação. Eis por que a plenária se resumiu a discursos, ora mais radicais, ora elei-

toreiros, ora mais conciliadores. Em palavras, todos estavam liberados para criticar as reformas de Temer, levantar bandeiras como “Fora Temer” e “greve geral” e defender candidaturas para o Congresso Nacional em 2018 mais “compromissadas com os trabalhadores”. No entanto, havia pacto entre os dirigentes de não se contra-atacarem. Em nome da unidade, deveria prevalecer a política da “boa vizinhança”. Denúncias ocorreram sobre as reformas, privatizações, demissões e corrupção. Mas não houve uma só voz destoante que questionou o desmonte da greve geral de 28 de abril, o fracasso do 30 junho, as limitadas manifestações de 14 de setembro e as negociações com Temer e a Fiesp. O compromisso entre as burocracias era, portanto, o de considerar tudo que tem sido feito como válido, desde votar contra a denúncia de corrupção do Procurador-Geral, Janot, contra Temer (como fez o deputado da Força Sindical- Paulinho) até aceitar a coleta de assinaturas pela anulação da reforma trabalhista (como vem sendo feito

pela CUT). Como se vê, uma unidade com pés de barro.

Com esse formato, o plenário estava dividido pelas cores das centrais. Os dirigentes ligados à Força Sindical, vestidos dos tradicionais coletes da cor laranja; os da CUT, com os coletes vermelhos; os da CTB, de amarelo; os da CSP-Conlutas de coletes e camisetas vermelhas, etc. Era uma demonstração de força das centrais. No momento dos discursos, os agrupamentos serviam de claqué.

O discurso da CGTB foi de denúncia da reforma trabalhista, que intitulou de lei da escravatura de Temer e do Congresso Nacional, e de crítica à propaganda do governo de crescimento econômico. De passagem fez referência à corrupção e disse que “roubou tem de ser preso”. Falou dos 26 milhões de desempregados e concluiu exaltando os metalúrgicos como a vanguarda da classe operária. O dirigente da Intersindical afirmou que era preciso enfrentar as reformas “construindo as mobilizações”, impedir que essa lei seja implantada pelos patrões. Apesar das “nossas diferenças”, disse Manoel Melato, é preciso garantir a unidade. Pela CSP-Conlutas interveio Mancha, que lembrou da preparação das manifestações que culminaram no dia 8 e 15 de março e a greve geral de 28 de abril. Ressaltou que era preciso enfrentar as reformas trabalhista e da previdência por meio da greve geral. Encerrou com sua bandeira do “Fora todos os corruptos”. O estalinista da CTB abriu com uma saudação à Revolução Russa e a 1ª Greve Geral. Falou da importância de organizar o 10 de novembro contra a reforma trabalhista e concluiu com a bandeira em defesa “do Brasil e do povo brasileiro”. Pela CUT, falou Paulo Cayres que denunciou o golpe e as mentiras de que essa era a via para melhorar o Brasil. Lamentou que milhares de empregos foram cortados em função da corrupção e que o trabalhador não pode ser penalizado pela ação dos corruptos. Também fez referência à Revolução Russa e da 1ª greve geral com uma herança de luta da classe operária. Concluiu que “não podemos deixar uma herança de covardia”, daí a importância da unidade para fazer a luta. Por fim, discursou a Força Sindical, Miguel Torres, elogiando a organização da plenária e concluiu afirmando que a unidade tem de passar “pelo chão da fábrica” e que isso está sendo feito.

Outros sindicalistas também usaram a tribuna, o dirigente dos Correios, que se referiu à greve nacional que havia iniciado em 19 de setembro. Os petroleiros intervieram contra a privatização e convocando o ato no Rio de Janeiro. O representante dos eletricitários também denunciou a entrega das empresas nacionais pelo governo golpista. O Fórum Sindical dos Trabalhadores (que congrega as confederações) disse

que o momento é de resistência e que é preciso denunciar nas bases os deputados que votaram em favor da reforma trabalhista. Também fez referência à coleta de assinaturas para a anulação da reforma. Outro dirigente da Conlutas falou pelos metroviários, com o mesmo tom e propostas de Mancha de que é possível uma nova greve geral para “derrubar o governo e as reformas”. O discurso do dirigente do sindicato de Catalão foi de denúncia da montadora Mitsubishi que quer impor na marra a reforma trabalhista, criando a comissão de “trabalhadores” e eliminando o sindicato das negociações. Mas foi, sem dúvida, o discurso de Juruna, pelo sindicato metalúrgico de São Paulo, que sem meias-palavras deu o tom do acordo da plenária, colocou-se contra a greve geral, em favor do “negociado sobre o legislado” e mostrou a importância de reeleger um novo Congresso Nacional. Houve uma tentativa, por parte do plenário, de contrapor com a bandeira da greve geral, mas logo foi abafada.

Como vimos, só palavras ao vento. De concreto, as burocracias trouxeram as manifestações do dia 10 de novembro, um dia antes de entrar em vigor a Lei 13.467, a reforma trabalhista. E a carta: “Um chamado à luta dirigido à classe trabalhadora brasileira”, que traz uma denúncia do governo e do Congresso Nacional, que impõe uma política econômica de privatização, desnacionalização e de eliminação de direitos dos trabalhadores. Mostra, genericamente, que os direitos trabalhistas e previdenciários foram conquistados com luta. E que o desafio é desfazer a lei que imporá a reforma trabalhista. Por fim, uma lista de reivindicações e o chamado de 10 de novembro como “Dia Nacional de Luta e Defesa de Nossos Direitos”.

Perdeu-se a oportunidade de reconstituir a frente única sindical que permitiu a greve geral de 28 de abril. Aproxima-se a data em que entrará em vigor a draconiana reforma trabalhista, retomam-se no Congresso Nacional as pressões para pôr em andamento a reforma da previdência, aprovam-se pontos de uma reforma política completamente antidemocrática, avançam-se as privatizações nos setores elétrico e petrolífero, portanto, são motivos mais do que necessários para pôr em pé um movimento nacional grevista. Os correios estão em greve e os eletricitários da Eletrobrás realizaram protestos contra a privatização, a terceirização e as demissões. O governo Temer permanece mergulhado na crise política e completamente isolado da população. Os explorados estão profundamente descontentes com o desemprego em massa e com a reforma trabalhista. Eis os motivos pelos quais não havia nenhuma justificativa para que a plenária não aprovasse a retomada da greve geral.



Greve dos correios

Burocracias sindicais acatam a decisão do TST É preciso tirar as lições para construir a direção proletária nos sindicatos

Depois de 15 dias de greve, a Federação Nacional dos Trabalhadores dos Correios (Fentect) deu prazo até o final de semana para que os sindicatos realizassem as assembleias e votassem a rejeição ou não da proposta apresentada pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST), na audiência de conciliação, realizada em 4 de outubro.

Nessa reunião, a empresa iniciou seu discurso com os corriqueiros choramingsos sobre a situação difícil do país, depois avançou afirmando que a proposta representava o máximo esforço e, finalmente, concluiu ameaçando que a sua rejeição causaria grandes danos para os trabalhadores, entre eles, a possibilidade de julgamento somente em dezembro, o que causaria a perda de quatro meses de retroatividade de reajuste, descontos dos dias parados e as punições decorrentes da decisão judicial de abusividade da greve. A proposta foi um reajuste de 2,07%, retroativo a agosto, reposição dos dias parados. Sobre o plano de saúde, será mantido até o julgamento do processo de mediação pelo TST.

A partir dessa audiência, as direções sindicais começaram a defender a suspensão do movimento. Foi o que ocorreu nas assembleias, no dia seguinte, em São Paulo e Rio de Janeiro. Novamente, uma greve nacional foi sendo desmantelada por meio das decisões nos estados.

A greve nacional se iniciou no dia 19 de setembro e tinha como reivindicações o reajuste de 8%, o não fechamento de agências, o combate ao plano de demissão voluntária, a luta contra as demissões, a contratação de funcionários, a não privatização e a rejeição às mudanças no plano de saúde. Lembremos que a empresa pretende cobrar uma mensalidade dos trabalhadores para ter direito à assistência médica.

A situação dos trabalhadores dos correios é calamitosa devido aos cortes de recursos promovidos pelos governos e às duras medidas contra as condições de trabalho. Há mais de cinco anos que a estatal não contrata funcionários (concurrados), o que vem aumentando a superexploração do trabalho. No ano passado, os Correios impuseram o Programa de Demissão Incentivada (PDI), objetivando demitir 8 mil. Como a meta não foi alcançada, retomou-se o PDI. Em março, foram fechadas 250 agências. Em abril, a empresa ameaçou os concursados com a quebra da estabilidade e demissões. Em seguida, o Ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, voltou a defender a privatização da empresa estatal. Diante dessa situação, não havia outro meio senão ir à greve.

A greve em São Paulo contou com poucas manifestações. A passividade do movimento acabou sendo sua fraqueza diante da investida do governo. Sem dizer que a greve dos correios enfrenta um obstáculo, que são as agências franqueadas (privadas), que trabalham a todo vapor, enquanto os correios públicos

estão em greve. Sem piquete para fechar todo tido de correio e sem grandes manifestações de rua, a possibilidade de vencer era pequena. No entanto, no dia 29 de setembro, o dirigente do sindicato esteve presente na plenária das centrais e denunciou a intransigência do governo, o objetivo do presidente da ECT, Guilherme Campos, de implantar as draconianas medidas da reforma trabalhista e ressaltou a luta que se travava em nível nacional. No Rio de Janeiro, Brasília, São Paulo e em outros estados, os grevistas estiveram nas ruas e realizaram manifestações conjuntas com os petroleiros, sob a bandeira da “Defesa das Estatais e da Soberania Nacional”. Mas, nota-se que o movimento nacional não se expressou como tal, comparecendo mais como ações regionais, que dependiam da maior ou menor boa vontade da burocracia dirigente de mobilizar coletivamente.

O governo golpista de Temer, logo nos primeiros dias da greve, usou a justiça para impor a lei antigreve e punir os grevistas e os sindicatos. Derrotar a greve nacional dos correios era fundamental para Temer e seu apadrinhado Guilherme Campos, pois facilitaria a imposição das novas regras trabalhistas e o avanço da privatização da empresa estatal, que certamente provocará demissões em massa.

É preciso reconhecer que as condições de luta são muito favoráveis. E que por isso a possibilidade de organizar um movimento unitário dos explorados está na dependência das direções sindicais. Vimos que os petroleiros e eletricitários sofrem também com a ofensiva privatizante. Por que correios, petroleiros e eletricitários não se unificaram? Por que não formaram um comando nacional e comandos regionais? Porque as direções burocráticas são por natureza corporativas e divisionistas. Era o caso de as centrais sindicais jogarem todo peso para que se levantasse contra o governo golpista um movimento de frente única. Estiveram reunidas em São Paulo simplesmente para ouvir informes e se colocar contra organizar a greve geral. É preciso debitar na conta dessa reunião a derrota da greve dos correios.

Não se pode deixar de evidenciar que as direções da CUT, Força Sindical, CTB, UGT, etc. desmontaram o movimento nacional que se ergueu no dia 28 de abril contra as reformas privatizantes, desnacionalizantes e antioperárias. A demagogia é tal que os estalinistas do PCdoB e os socialdemocratas do PT, desavergonhadamente, levantaram a bandeira de “Defesa das Estatais e da Soberania Nacional”. De fato, não defendem as estatais e muito menos a soberania nacional. Enquanto fazem de conta que são nacionalistas, o governo pró-imperialista de Temer impõe seu plano antinacional e antipopular. A vanguarda militante dos correios está obrigada a tirar todas as conclusões do fracasso da greve. Deve denunciar o derrotismo da direção burocrática e deve trabalhar pela construção de uma direção proletária nos sindicatos.

Origem da Oposição chapa 2. Intervenção da Corrente Proletária/POR nos metalúrgicos do ABC. Parte IV

Luta da Oposição contra a Volks e seus agentes: a burocracia

Damos continuidade ao relato da experiência do militante do POR no interior da Volks. No Massas 549, expusemos a origem da Oposição Chapa2 na Volks e a sua luta contra a implantação da flexibilização capitalista do trabalho. No Massas 550, relatamos a

intervenção da Corrente Proletária/POR nos metalúrgicos do ABC, diante do acordo traidor de 2001. No Massas 551, comentamos as manobras da burocracia para quebrar a greve e aprovar o acordo de demissão. Agora, trataremos da luta da Ala 21 contra a terceirização.

Metalúrgicos da Volks lutaram contra a terceirização Burocracia traidora serviu à multinacional

A ala 21 era um importante setor da Volkswagen, com mais de mil trabalhadores. Um setor histórico de oposição. 95% dos metalúrgicos dessa ala votavam e apoiavam as posições da Oposição, contra os acordos de demissão, terceirização e redução de salários que a Volks, em acordo com a direção sindical, vinha aplicando desde 1998.

A ala 21 tinha 2 companheiros da Oposição como representantes. Um desses companheiros se chamava Sinval, mas conhecido como Sasá, falecido há quatro anos. Sinval foi um dos fundadores do sindicato. Militou na oposição metalúrgica junto a Lula, quando esse era dirigente sindical. Como veremos, mais à frente, na luta contra a terceirização da ala 21, Sinval e Lula voltariam a se encontrar, depois de muitos anos. Agora, em lados opostos. Sinval, firme na luta, defendendo os interesses dos trabalhadores, contra a terceirização e os ataques da patronal e Lula, por sua vez, como candidato à presidente da República, como representante e administrador dos negócios da burguesia.

O fato da ala 21 ser uma das alas com maior rechaço aos acordos de demissão e retirada de direitos fez com que a Volks não a incluisse entre os setores que foram terceirizados no acordo maldito de 2001. Como dissemos no Massas anterior, demitiu 700 trabalhadores, reduziu os salários em 15%, impôs o corte de 30% nos salários para novos contratados, etc. A multinacional e seus agentes não queriam que o forte rechaço dos trabalhadores da ala 21 influenciasse os demais operários, colocando em risco a aprovação do acordo.

Foi o que aconteceu. Em 2002, a Volks, depois de ter negociado anteriormente com a burocracia, informou seu plano de terceirização de vários setores, entre eles estava a ala 21. A Oposição Chapa 2 lançou uma forte campanha contra a terceirização. Realizou assembleias nas alas, 21, 13, 2, 4, e 3, explicando que a terceirização da ala 21 e demais setores significaria demissão e precarização, que não afetaria somente os companheiros destes setores, mas de todos.

A montadora e a burocracia, para aprovar o acordo, utilizaram novamente de mentiras e manobras. Diziam que se os trabalhadores aceitassem a terceirização, ninguém perderia o emprego. Afirmavam também que a terceirização era apenas uma medida de racionalização da produção e que a diminuição de postos de trabalho na ala 21 seria compensada com a transferência de trabalhadores desse setor para outros. Os representantes da chapa 1, ligados a burocracia sindical, espalhavam a ideia patronal de que se tratava apenas de uma medida administrativa e que isso permitiria o lançamento de novos produtos. Usaram a campanha de que a terceirização era a condição para que a planta da Volks, no ABC, viesse a produzir um novo modelo de carro, chamado Tupi. O acordo foi aprovado e esse novo carro nunca foi produzido.

Dias antes da assembleia que votaria o acordo, A Oposição realizou assembleias, chamando os metalúrgicos a rechaçarem o acordo de terceirização. Mostrando todos os problemas que a aprovação do acordo geraria para os trabalhadores. Organizou uma manifestação, uma marcha com todos os companheiros da ala 21, passando por dentro de todas as alas da fábrica, com cartazes e palavras de ordem contra a

terceirização. É bom lembrar que, por onde passava a marcha, os trabalhadores das alas representadas pela chapa 1 demonstravam seu apoio à luta contra a terceirização. No entanto, seus representantes estavam pela terceirização. A Oposição conduziu a marcha da fábrica até a sede do Sindicato dos Metalúrgicos. Chegando ao sindicato, a burocracia recebeu uma comissão de companheiros e reafirmou a defesa do traidor acordo de terceirização.

A Oposição parou aí. Ficou sabendo que Lula estava em São Bernardo e decidiu acampar em frente ao seu apartamento, objetivando denunciar o acordo de terceirização que o Sindicato estava negociando. Depois de uns 30 minutos que a Oposição havia chegado, Lula informou que receberia uma comissão. O companheiro Sinval, junto a outros companheiros, subiu para falar com Lula. Os companheiros da ala 21 tiveram de fazer essa experiência para perceberem que o ex-operário, agora, estava do outro lado da trincheira, representando os interesses da burguesia. Foi exatamente o que fez quando recebeu a comissão. Lula tentou convencer os companheiros de que não haveria demissão com a aceitação da terceirização, que todos os metalúrgicos seriam reaproveitados em outros setores, que viriam novos investimentos, ou seja, o mesmo discurso da multinacional. Sinval desceu decepcionado e falou aos companheiros “esse Lula é um traidor”. A luta da ala 21 contra a terceirização foi isolada pela burocracia, o que permitiu a multinacional aprovar a terceirização.

Em uma assembleia cheia de manobras e mentiras, sob o comando do então presidente do sindicato Feijóo, aprovou-se o acordo. Logo após aprovar o acordo, Feijóo não conseguiu descer imediatamente do carro de som. Os companheiros que haviam votado contra a terceirização o esperavam com muita bronca e tinham razão. A burocracia havia retirado seus postos de trabalho, seus empregos. Feijóo só conseguiu descer do carro de som 30 minutos depois, com a chegada da polícia e com os operários atirando moedas e chamando-o de vendido, traidor.

O acordo de terceirização da ala 21 e demais setores negociado e defendido pela burocracia sindical dos metalúrgicos do ABC, em 2002, nos permite entender porque a CUT e seus sindicatos, e demais centrais pelegas, não organizaram a classe operária para derrotar com a greve geral a lei da terceirização e a reforma trabalhista, aprovadas pelo governo golpista de Temer, e o Congresso Nacional corrupto que o sustenta. Permite-nos entender porque desmontaram a greve geral de 30 de junho contra as reformas antipopulares e antinacionais de Temer. A CUT e seus sindicatos, como podemos ver, há mais de 15 anos, vêm negociando os acordos de terceirização, demissão e retirada de direitos. São uma correia de transmissão dos interesses da burguesia, contra os trabalhadores. São, portanto, um obstáculo para a luta.

Os companheiros que não se vendem, não se deixam corromper pelo capital, permanecem firmes na luta e morrem defendendo os interesses de nossa classe, merecem nossa homenagem, devem ser lembrados.

Sinval presente! Agora e sempre!

Programa Pró-Sertão: sintoma da decomposição do sistema capitalista. Defender os empregos com independência de classe

Há algumas semanas, o Ministério Público do Trabalho do RN entrou com uma ação contra o Grupo Guararapes por “irregularidades” nas facções de costura do interior, terceirizadas pela Guararapes com o auxílio do Programa Pró-Sertão. Diante disso, o burguês Flávio Rocha lançou uma campanha contra o MPT-RN e em defesa do Pró-Sertão, e ameaçando transferir seu capital para o exterior por causa da cobrança de multa e da exigência de que a Guararapes assumisse a responsabilidade pelos trabalhadores das facções. Assim, está colocada a questão de como defender os empregos com independência de classe, sem ser arrastado pelo conflito entre MPT e o capitalista da Guararapes.

A Guararapes e o Pró-Sertão

A Guararapes já chegou a ser a fábrica têxtil que mais empregava operários no mundo, com 20.000 trabalhadores. Desde 2000 até 2013, esse número diminuiu para cerca de 10.500 operários, com grande parte desses empregos sendo transferidos para estados como Ceará e Paraíba, e para o Paraguai e a China. Em 2013, teve início o programa Pró-Sertão, tendo como protagonista a Guararapes que, de lá para cá, demitiu cerca de 3.000 operários, transferindo parte desses empregos (cerca de 2.300) para as facções de costura do interior, a maioria concentrada na região do Seridó.

O que leva a um burguês desmontar parte da fábrica e fragmentá-la em oficinas de costura no interior, aumentando os custos com deslocamento de insumos e produtos e diminuindo a produtividade? Unicamente o interesse de aumentar a exploração da força de trabalho e não ter que arcar com direitos trabalhistas. As teorias que falam de “integração horizontal da produção” e de “rede de empresas” escondem que a terceirização da produção por meio de pequenas e médias empresas tem como motivo principal diminuir os custos com salários e direitos. Isso tem sido prática comum dos capitalistas. No RN, não só a Guararapes, mas também a Hering e RM Nor terceirizam pelas facções.

Quando o capitalista desemprega na fábrica e transfere uma parte na forma de empregos mais precários, ou quando desmonta uma indústria e a pulveriza na forma de facções de costura (“rede de empresas”), isso nada mais é do que manifestação da tendência monopolista de estagnação e destruição das forças produtivas, e um sintoma da fase de decomposição do capitalismo.

O processo produtivo da indústria têxtil e de confecção se divide basicamente em fiação, tecelagem, acabamento e confecção, onde, nesta última, está a etapa de costura. Além de ser, de longe, a etapa que mais emprega força de trabalho dentro da fábrica, a costura possui a peculiaridade de não se organizar por meio de uma única linha de montagem, mas sim por meio de células (equipes) onde cada uma é responsável pela costura de certo número de peças do início ao fim e cada operário dispõe de uma máquina de costura, o que garante uma certa facilidade de ser “desmontável” e terceirizada na forma de oficinas de costura.

Diante do desmonte da Guararapes, como garantir então que existam oficinas de costura suficientes e operários minimamente qualificados para atender a demanda do mercado? É aí que entra o Pró-Sertão. O governo estadual, em conjunto com a FIERN e o Sistema S (SEBRAE, SENAI, etc.), tendo como principal idealizador o deputado Rogério Marinho (PSDB), implementaram uma série de “facilidades” para abertura de facções, desde cursos técnicos financiados pelo PRONATEC e consultorias sobre gestão empresarial, até linhas de crédito e licenciamentos ambientais, de modo que o capitalista da grande indústria têxtil pôde ter acesso rapidamente a uma mão-de-obra qualificada e precarizada, pronta para ser explorada, sem que isso demandasse dele maiores custos com estrutura, máquinas e capacitação. Assim, o Estado burguês se mostra como defensor dos interesses gerais da burguesia. Além disso, o Pró-Sertão serviu para as entidades “sem fins lucrativos” sugarem mais dinheiro do Estado, e também para Rogério Marinho se potencializar eleitoralmente no interior do estado.

Oficinas de costura

As oficinas são uma forma de produção inferior à grande indústria capitalista. São fruto do desenvolvimento desigual e combinado do país. Como expressão do atraso das forças produtivas, surgem a partir de métodos artesanais e relações quase patriarcais entre patrão e empregado, e se combinam, na economia nacional, com as relações de produção capitalistas altamente desenvolvidas. Apesar da superexploração, essa relação quase familiar entre empregado e patrão leva o primeiro a confundir os seus interesses com os do último. Porém, à medida em que as oficinas entram em contato com o capital financeiro e com os métodos de gestão e de produção industriais e passam a integrar cadeias produtivas de grandes indústrias, tendem a se ampliar na forma de pequenas fábricas e as relações entre empregados e patrões adquirem traços cada vez mais capitalistas.

Com o Programa Pró-Sertão, as facções de costura surgem quase como partes da fábrica pulverizadas no interior do estado, mas ao mesmo tempo com 85% (cerca de 100) delas concentradas apenas na região do Seridó, com uma média entre 30 a 40 empregados, não ultrapassando os 100. Os contratos com a Guararapes são feitos de forma unilateral, com determinações técnicas a serem seguidas. Na prática, são abastecidas pela grande indústria e posteriormente sua produção retorna para ser encaminhada para as lojas de vestuário. Os operários, mais precisamente semiproletários, são recrutados do campesinato que sofre com a seca, de trabalhadores informais e demais setores da classe média arruinada das pequenas cidades, e são contratados mediante salários muitas vezes abaixo do mínimo e ausência de direitos trabalhistas, como 13º e férias. Esse operariado carrega em si a contradição da interpenetração de relações de produção pré-capitalistas com o grande capital in-

dustrial, e é isso que vai determinar, em última instância, tanto suas limitações quando suas possibilidades de se independizar politicamente do patrão e confluir com o movimento operário dos grandes centros urbanos.

O “Grito do Emprego”

Após as denúncias e a ação do MPT-RN, o burguês Flávio Rocha, em conjunto com o deputado Rogério Marinho, prefeitos e outros políticos, organizaram uma audiência e algumas manifestações no interior, e um ato em Natal em frente ao MPT, e intitularam esse movimento como “Grito do Emprego”. O discurso que adotam é que o MPT, com sua ação trabalhista, estaria prejudicando a indústria no RN e ameaçando os empregos ao “expulsar” a Guararapes do estado e, com isso, acabar com o programa Pró-Sertão. Sem o abastecimento da Guararapes, os faccionistas ameaçam demitir operários e fechar as facções. Com esse discurso conseguiram contagiar os operários das facções, confundindo seus interesses de manutenção do emprego com os dos faccionistas e os de Flávio Rocha de manutenção da margem de lucro.

O ato em frente ao MPT, em Natal, contou com a participação de faccionistas e operários do interior, e também de funcionários da administração e operários da Guararapes, boa parte destes últimos sendo coagidos a participar por terem sido liberados do trabalho. Dentre as bandeiras, levantavam “em defesa do Pró-Sertão”, “deixe a gente trabalhar” e “mexeu com painho, mexeu com nós tudinho” (em referência ao pai de Flávio Rocha, o Nevaldo Rocha, que controla o grupo através de seu filho). Houve a presença também do MBL, que aproveitou a situação para propagá-la como uma “situação inédita” de suposta unidade entre capital e trabalho.

Centrais defendem o MPT-RN

Diante da campanha de Flávio Rocha e seus aliados contra o MPT, as centrais sindicais, junto com setores da burocracia estatal, não tardaram em declarar apoio a essa instituição do Estado burguês, que supostamente estaria defendendo os interesses dos trabalhadores. As centrais organizaram um ato, também em frente ao MPT, em apoio à procuradora Ileana Neiva e aos faccionistas. Chamou a atenção do posicionamento do PSTU, que distribuiu um panfleto onde diz que “O MPT-RN está defendendo os trabalhadores”. Com a posição de defesa dessa instituição, ignora-se que o MPT-RN, como parte do Estado burguês, implementará as Reformas Trabalhista e da Previdência, a terceirização e demais ataques dos governos contra os explorados. Ainda, quando as Centrais também se colocam em defesa dos faccionistas, sem diferenciar os padrões dos operários, passam uma borracha na superexploração que existe nas facções do interior.

Com tamanhas denúncias, o MPT nada faz para além de cobrar uma indenização, valor a ser destinado a instituições “sem fins lucrativos”, e exigir demagogicamente que a Guararapes assuma a responsabilidade sobre os trabalhadores. As denúncias de irregularidades feitas pelo MPT são válidas, porém o caminho que aponta para a solução das contradições do capitalismo

não sai dos limites da institucionalidade burguesa. Na prática, não impedirá as demissões, como não impediu até agora, pois respeita a propriedade capitalista, ou seja, o direito de o burguês fechar postos de trabalho quando quiser.

Lutar com independência de classe

O ponto de partida é a luta pelas reivindicações de salário, redução de jornada sem redução salarial, direitos trabalhistas e contra as demissões, desde as grandes indústrias (Guararapes, Hering, RM Nor) até os operários das facções. Que a Guararapes mantenha os empregos e incorpore todos os operários das facções. Que os operários das facções tenham os mesmos direitos que os da Guararapes. Unificar os operários da Guararapes com os das facções em defesa dos salários, empregos e dos mesmos direitos trabalhistas. É isso que as centrais sindicais deveriam, em princípio, estar fazendo. Essa luta poria uma linha divisória entre os grandes capitalistas, o Estado burguês e os donos das facções de um lado, e os operários da grande indústria e das facções de outro. No caso de ameaça de demissões e de fechamento de fábrica, deve-se deflagrar a greve. É preciso, nessa luta, preparar os operários para ocupar as fábricas que

Que a Guararapes mantenha os empregos e incorpore todos os operários das facções. Que os operários das facções tenham os mesmos direitos que os da Guararapes. Unificar os operários da Guararapes com os das facções em defesa dos salários, empregos e dos mesmos direitos trabalhistas. É isso que as centrais sindicais deveriam, em princípio, estar fazendo.

estão na iminência de fechar. Em resposta ao argumento patronal de que a queda do consumo e o excesso de produção obrigam a tomar medidas tão drásticas, explicamos e defendemos perante os trabalhadores que temos uma saída: impor o controle operário da produção. Medida essa que deve ser estendida para toda classe operária que sofre dos mesmos males do fechamento de fábricas e eliminação de postos de trabalho. Dizemos: as fábricas devem sair das mãos dos empresários e ir para as mãos dos operários, que têm todo interesse em manter os empregos e lutar pela ampliação da industrialização nas regiões desindustrializadas,

como as do Rio Grande do Norte e do Nordeste. O método de luta deve ser o da ação direta (greves, manifestações, bloqueios de rodovias, etc.). Certamente, devemos começar a luta por onde os operários desejem. Devemos, apenas, mostrar o caminho e ser os principais combatentes.

O desmonte da grande indústria junto com demissões é um retrocesso que precisa ser combatido. Porém, à medida em que já passam a existir postos de trabalho na forma de pequenas fábricas, e quando se encontram ameaçados de serem fechados, é dever da classe operária se colocar em defesa desses empregos, uma vez que não só a família dos operários, mas também toda a economia dessas cidades será afetada com a perda dos postos de trabalho. O operariado das facções pode ser um canal entre o proletariado das grandes cidades e os camponeses e classes médias arruinadas das pequenas cidades, colocando a luta não só pela manutenção dos atuais empregos, mas também a defesa de um programa de expropriação do latifúndio e da expropriação do grande capital e socialização dos meios de produção sob controle operário, que possibilitará a planificação da economia e, com isso, o desenvolvimento integral e harmônico das forças produtivas, acabando com a seca, a miséria e garantindo fontes de emprego estáveis.

Reintegração de posse na Cidade Tiradentes expressão da barbárie capitalista

Podíamos começar esta nota falando que mais uma vez a justiça burguesa e a polícia com suas bombas e gás lacrimogênio executaram a reintegração de posse na Zona Leste. Este ano já foram muitas as reintegrações, sempre na madrugada. Assim, além das armas, contam também com o isolamento dos sem-teto do restante da população, que certamente apoiam e se colocariam contra a desocupação. A enorme burocratização dos sindicatos operários tem impedido que as reivindicações dos sem-teto, como o direito à moradia, façam parte da luta geral das massas exploradas.

Em janeiro, foram os ocupantes da

Rua André de Almeida. Em julho, os do bairro Carrãozinho foram despejados pela polícia e seus barracos e pertences destruídos pelas escavadeiras. Hoje, três de outubro, foi a vez dos ocupantes da Comunidade São Leopoldo. Um lugar na beira da mata - distante de tudo, sem escola, sem creche, sem saneamento básico, situado no bairro da Cidade Tiradentes - era ocupado por 120 famílias, num total de 500 pessoas. Essas famílias foram colocadas para fora de seus barracos como bicho, em favor de um especulador e com o apoio da prefeitura e seus juízes.

Resistiram como puderam. As bar-

ricadas na Ragueb Chohfi e a ações dos moradores ainda não foram suficientes para barrar as armas da burguesia e o movimento dos tratores. O fundamental é que mostraram o caminho da luta. Os milhares de sem-teto expressam o avanço do desemprego, da miséria e da pobreza. O capitalismo não só foi incapaz de erradicar essa chaga como a amplia enormemente nas condições da crise econômica mundial e nacional. É contra o capitalismo em decomposição que os sem-teto se chocam. Está aí por que é necessário que o movimento operário lute em defesa das condições mais elementares de todos os explorados.

PT / Crítica ao Plano Popular de Emergência (parte VI)

No Jornal Massas 547, iniciamos a crítica sobre o Plano Popular de Emergência, publicado em 19 de maio de 2017. Na primeira parte, comentamos a introdução do documento; na segunda, a “Democratização do Estado”; na terceira, analisamos a “Política de Desenvolvimento, Emprego e Renda”; na quarta, tratamos da “Reforma Agrária e Agricultura Familiar”. Na quinta, explicamos criticamente os pontos sobre os direitos. Nesta parte, discutiremos os pontos referentes à segurança pública e aos direitos humanos.

O Plano Popular de Emergência propõe que o governo da Frente Popular faça uma “revisão da atual política de segurança pública”. Dois aspectos de conteúdo geral corresponderiam à revisão: 1) “rígida defesa dos direitos humanos”; 2) “liberdade de manifestação dos movimentos sociais”. A partir desse conteúdo geral, são previstos: 1) “uma nova política de combate às drogas”; 2) solução do problema “do sistema carcerário”; 3) “eliminação efetiva dos autos de resistência”; 4) “mudanças no sistema judicial e no código penal”.

Temos, assim, os pontos concretos sobre as drogas, os cárceres, os assassinatos promovidos pela polícia e o sistema de leis. Sem dúvida, é o suficiente para abarcar o que se passa no país. Ocorre que as respostas não são derivadas de uma análise sobre as causas da criminalidade e a intervenção do Estado. De maneira que mais parecem boas e limitadas intenções. Neste exato momento, o Rio de Janeiro está conflagrado pela guerra do narcotráfico e pela intervenção das Forças Armadas. A ocupação militar da Rocinha indica a falência das medidas que criaram as Unidades de Polícia Pacificadora, a partir de 2008, com o apoio do governo federal de Lula. Naquele momento, se afirmava que não apenas se imporá uma derrota às facções criminosas como se garantiria a pacificação. O assassinato e desaparecimento do operário Amarildo Dias de Souza, em julho de 2013, pelos policiais da UPP da Rocinha, colocaram uma pá de cal na tal da política de segurança pacificadora.

A proliferação da criminalidade em todo o país, as chacinas desfechadas pela polícia e as rebeliões nos presídios sufocadas a sangue expõem a profunda fratura social em nosso país. Por mais que o Estado fortaleça seu aparato de repressão, não tem como estancar a de-

composição social que gera e prolifera a criminalidade. E por mais que os governos procurem evitar que a decomposição penetre no seio de suas forças policiais, não tem como impossibilitar o envolvimento dos policiais com o crime. A ideia de humanizar a polícia, educá-la nos princípios abstratos dos direitos humanos e aproximá-la como guardiã da vida pública se choca com a realidade e se esfacela. É completamente estúpida e absurda a ideia de tornar os cárceres um instrumento de recuperação “sócio-educativo”.

A burguesia gostaria de ter um sistema de segurança pública, científica, preventiva, punitiva civilizatória e respeitada pela população. Mas não pode. Em seu lugar, sustenta uma polícia corrupta, discriminadora, racista e assassina. Não faltam críticas e projetos renovadores, racionalizadores e humanizadores.

O aparato repressivo nada mais é do que a expressão das relações econômicas e de classe. É constituído fundamentalmente para proteger a propriedade privada dos meios de produção. Seu caráter é um reflexo do desenvolvimento da sociedade de classes, concretamente determinada pelo progresso das forças produtivas. Sempre e em qualquer circunstância refletirá as contradições históricas, econômicas e sociais. Lembremos de passagem que a polícia militar é uma herança do golpe de 1964 e do regime ditatorial. A democracia burguesa que se restaurou após 21 anos de ditadura militar não foi capaz de se livrar de tal herança. E assim não fez senão agigantá-la. Os governos dos PT tiveram a possibilidade de propor a extinção da polícia militar, mas não o fizeram. Ao contrário, Lula contribuiu com a criação da Força Nacional de Segurança Pública, em 2004, reforçando o sistema da polícia militar. Agora, seus partidários requeentam as promessas de uma segurança pública regida por princípios de direitos humanos e respeitadora do direito de manifestação dos movimentos.

Ou a classe operária se organiza em torno de seu programa e se levanta contra o poder da burguesia, ou então seu aparato militar-policial continuará servindo estritamente aos interesses da burguesia. Está colocada a luta pelo desmantelamento do aparato repressivo e armamento geral da população.

As drogas são um espinho na garganta dos reformistas. Enten-

dem por combate às drogas a “legalização progressiva, que descriminalize usuários”. Tão somente reconhece, como já é reconhecido por setores da burguesia e do próprio imperialismo, que se trata de uma mercadoria. Evidentemente, por ser tão funesta, os reformistas acham que deve ser feita a experiência de legalizar de forma gradativa. Primeiro, se descriminaliza completamente os usuários; segundo, se descriminaliza progressivamente os produtores e comercializadores da droga.

É sabido, perfeitamente, que, por detrás desse gigantesco negócio, está a fração burguesa narcotraficante, cujo poder econômico se estende para o político, judicial e policial. A incapacidade do Estado e dos governos quebrarem o poder da burguesia narcotraficante expressa as contradições do capitalismo. Milhares e milhares de adultos e jovens são “empregados” na rede do narcotráfico. É desse batalhão que se enchem as prisões. A burguesia narcotraficante que se vale dos bancos, dos fundos de aplicação e dos negócios “lícitos” para lavagem de dinheiro está isenta das tragédias. O fato é que criminalizando ou legalizando as drogas se mantêm as raízes dessa mercadoria que destrói uma parcela de seres humanos. Os reformistas servem de instrumento da burguesia para manter o capitalismo putrefato em pé. A única resposta verdadeira a essa dilaceração social é a de libertar-se da droga como mercadoria, como fonte de lucro e acumulação de capital. É parte da revolução proletária superar todas as chagas próprias da sociedade de classe.

No ponto sobre direitos humanos, os frentepopulistas também demonstram sua indissociável adaptação ao capitalismo putrefato. Os governos do PT estabeleceram alianças com partidos direitistas e reacionários, como foi o caso dos evangélicos. O que implicou não tomar nenhuma medida em favor da “descriminalização do aborto”. É preciso desmascarar a demagogia reformista que se põe de joelhos

diante das igrejas. O direito ao aborto e a garantia da saúde da mulher é parte da luta pela sua emancipação e fim de todo tipo de discriminação. A burguesia e seu Estado jamais admitirão o direito ao aborto, com as devidas garantias públicas e gratuitas da saúde da mulher. Enquanto as igrejas exercerem seu poder político, não haverá a descriminalização que corresponda ao real direito ao aborto.

Ao não assumir o direito real de aborto, todas as demais opressões a que se refere o Plano Popular de Emergência (violência contra a mulher, contra o negro e contra os homossexuais) estão submetidas às limitações impostas pela burguesia e suas instituições, entre elas, a religião. No fundo, as respostas dos reformistas se resumem em descriminalizar, ou criminalizar. O que significa circunscrever a opressão sobre as mulheres, negros e homossexuais ao ordenamento jurídico do Estado burguês. Pouco progresso se pode ter nesse terreno, uma vez que o capitalismo se encontra em decomposição e libera todo tipo de violência reacionária.

A luta contra tais manifestações parte da compreensão de que todas têm uma mesma origem, que é a opressão de classe. Os movimentos que se negam a reconhecer essa premissa concluem se submetendo a esta ou aquela variante da política burguesa. Não por acaso, as discriminações e as violências recaem em grande medida sobre a maioria explorada. Não por acaso, o direito real ao aborto é uma proteção que diz respeito quase que exclusivamente às mulheres pobres. As reivindicações que impulsionam a organização das camadas oprimidas são aquelas que se chocam com a burguesia, seus governos e seu Estado. Qualquer conquista virá da luta de classes, bem como a garantia de sua aplicação e manutenção. Está aí por que o conjunto dessas reivindicações de defesa da mulher, do negro e dos homossexuais necessariamente tem de ser encarnado pelo movimento revolucionário do proletariado.

PSOL

Considerações sobre o 6º Congresso do PSOL

Iniciamos no Jornal Massas 549 nossas considerações sobre as teses do PSOL ao 6º Congresso. Comentamos a estrutura federativa do partido, o partido de filiação e a tese geral de “uma alternativa de esquerda”, que comparece em praticamente todas as resoluções. No Massas 550, analisamos os aspectos da conjuntura mundial, discutindo a caracterização de que há uma tendência dos explorados a se armarem de uma “alternativa de esquerda”. No Massas 551, tratamos da conjuntura nacional. Agora, iniciamos a discussão sobre o programa.

O 6º Congresso do PSOL, de fato, estará voltado a decidir sobre as eleições presidenciais de 2018 e sua candidatura. Há inclusive a citação do nome de Chico de Alencar. Discute-se a intervenção do partido, considerando a possibilidade de Lula ser candidato pelo PT. Nota-se um certo receio de que em tal circunstância um setor do partido tenda a uma frente com os petistas. Ocorre que as teses foram escritas no momento em que a Operação Lava Jato ainda não havia cercado Lula de maneira tão contundente. Referimo-nos a essa apreensão porque no transcurso das teses verificamos a crítica à corrente majoritária Unidade Socialista (US) no sentido de que, no processo da crise, que culminou com a derrubada de Dilma Rousseff, o PSOL não se apresentou com uma clara distinção diante do petismo. Tudo indica que o Congresso aprovará a candidatura própria.

A discussão do programa está posta neste sentido. Boa parte das teses apresenta uma lista de reivindicações, que são típicas de platafor-

mas eleitorais. Há, porém, a necessidade de se referir ao socialismo e à revolução. O leitor das teses se depara com o fato de não haver formulações sistemáticas sobre a questão do programa. Não há, praticamente, referência ao seu caráter de classe, embora haja postulações sobre o socialismo e a revolução. Não se encontra nenhuma formulação sobre a estratégia e a sua relação com a tática e vice-versa. As teses quase em sua totalidade não se utilizam dos conceitos assentados pelo marxismo. Quando esta ou aquela tese faz a defesa da forma de governo, o faz de maneira imprecisa, o que indica a preocupação de dar um formato à disputa do PSOL pela presidência da República. Mesmo a lista de reivindicações não evidencia uma coesão interna. A heterogeneidade é tal que não se encontra pelo menos uma das teses que apresente a diferença de essência, de fundamentos e de princípios. Torna-se, inclusive, difícil discuti-las, comparativamente. É visível que carregam heranças do reformismo petista, de um lado; e do centrismo de esquerda, de outro. A presença de conceitos que vêm do nacionalismo, do reformismo e do centrismo é ostensiva. Por último, nessa consideração geral, é preciso dizer que as teses não refletem a relação orgânica entre o partido e o programa. Estão distantes da formulação histórica do marxismo de que o partido é o programa.

Comentemos, especialmente, dois pontos da lista de reivindicações. A questão da dívida pública aparece na maioria das teses. A bandeira “auditoria/suspensão da dívida pública” é uma das heranças do PT. Há variações: “suspensão imediata do pagamento da dívida

interna e externa”, “alongamento dos prazos de vencimento da dívida pública mobiliária”, “auditoria e suspensão do pagamento dos juros” e “não pagamento da dívida pública”. A tese que apregoa a redução progressiva das taxas de juros, alongamento da dívida e auditoria é precisamente a que assina o deputado Chico de Alencar, cotado para ser candidato à presidência da República. Trata-se de uma posição que salva os interesses do capital financeiro, uma vez que se coloca pelo pagamento da dívida. Algumas teses propõem a suspensão e auditoria. A tese do Movimento de Esquerda Socialista (MES) admite pagar o principal da dívida, mediante auditoria. Apenas a Corrente Socialista dos Trabalhadores (CST) coloca em sua tese o “não pagamento da dívida pública”. A tese da direção majoritária (US), no ponto 29, apresenta seu “programa radical em todos os sentidos”. Diz que pretende “enfrentar o rentismo com redução da taxa de juros a patamares próximos à inflação”. No entanto, não diz uma palavra sobre a dívida pública. Quer combater o “rentismo” sem atacar o gigantesco parasitismo financeiro que suga importante parcela da riqueza nacional por meio da dívida pública. A US indica sua preferência ao “companheiro Chico Alencar” para disputar à frente do PSOL às eleições presidenciais.

As duas teses, provavelmente as mais fortes, que são a da US e a de Chico de Alencar (“Caminhando contra o vento”) estão pelo pagamento da dívida pública. A grande maioria das teses, por outro lado, se apoia na auditoria para justificar uma posição de meio caminho. Salve engano, a bandeira que se contrapõe à da direção é a da CST. Destacamos esse ponto porque reflete, em última instância, a adaptação do PSOL ao capital financeiro, portanto, aos interesses do grande capital e do imperialismo. Se, por um desvio da história, o PSOL chegasse ao poder do Estado, teria o compromisso de honrar com o pagamento da dívida. Nem mesmo a tese da CST demonstra que o endividamento do Brasil é próprio dos países semicolônias. O não pagamento da dívida resultará de um levante revolucionário do proletariado e da tomada do poder. A luta pelo não pagamento é parte do programa anti-imperialista e anticapitalista.

Como enfrentar as denominadas opressões – sobre a mulher, negros, homossexuais e os índios –, tem enorme relevância em todas as teses. Pode-se dizer que, sem exceção, se colocam em geral contra as discriminações e a violência. Dão a entender que é possível encontrar soluções no capitalismo, por meio de uma política de Estado. Quase todas as teses entendem ou deixam subentendido que as conquistas legislativas, jurídicas e culturais que protegem as mulheres, os LGBTs, os negros, etc. estão em perigo devido ao avanço da direita. A explicação, no entanto, se limita a constatar que há “uma ofensiva de um setor conservador, liderado por figuras como Eduardo Cunha (agora preso), Marco Feliciano, Jair Bolsonaro e Cabo Daciolo”.

As teses contêm uma grande dose de ilusões democráticas, quanto à possibilidade de reunir no parlamento uma força capaz de impor as reivindicações desses setores oprimidos. O ponto 40 da tese “Por uma Frente de Esquerda no Brasil” é que mais as evidencia. Diz: “O PSOL fez história nas eleições de 2016 ao eleger feministas e negras para o parlamento e ter votações expressivas em várias cidades brasileiras com candidaturas antirracistas, antiLGBTfóbicas e antiproibicionistas”. Essa tese expressa, ao mesmo tempo, a visão corporativista das opressões e eleitoralista. A tese “Caminhando contra o vento” ressalta que o PSOL “deve-se colocar ao lado das mulheres e dos LGBTs na

defesa de uma sociedade mais justa e plural, que garanta a todos a sua liberdade individual e o respeito às identidades e diferenças”. Entende-se por “sociedade mais justa e plural” o capitalismo reformado e humanizado. A APS, em sua tese, apregoa a luta “contra as ações de intolerância às religiões de matizes africanas e pela defesa do Estado Laico”. E pelo “apoio e participação nas lutas contra as opressões (mulheres, negros/negras, LGBTTI e contra a intolerância religiosa)”. A tese da LRP também se refere à “intolerância religiosa”. A da US, “à investida do fundamentalismo religioso sobre os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres...”. A CST exalta “a ação que o PSOL moveu no STF pela descriminalização do aborto...”. A tese “Resistir e Reexistir” assinala a importância eleitoral da questão das opressões, propõe: “fortalecimento/criação de setoriais nacionais e estaduais de Negros e Negras, de Mulheres, LGBT, Popular, Camponês e da Juventude”. A tese do MES formula assim: “contra o machismo e a LGBTfobia – por mais direitos às mulheres e LGBTs; legalização do aborto e criminalização da LGBTfobia”. Sobre a discriminação racial, coloca-se “contra o racismo e o genocídio da população negra na periferia (...); todo apoio à emancipação do povo negro e a autodeterminação do povo indígena”.

Pelo visto, há uma convergência entre todas as teses. Todos estão contra as opressões e por fortalecer o PSOL eleitoralmente como a via de levar os movimentos a conquistas. É comum a ideia de eleger para o parlamento representantes dos negros, das mulheres, dos LGBTs e dos índios. As várias correntes que compõem o PSOL comungam com essa ideia porque não consideram a discriminação e a violência sofrida pelas mulheres, negros, etc. como opressão de classe. É como se fossem manifestações específicas e distintas da escravidão assalariada do capitalismo. Está aí por que há um consenso neste ponto entre as teses. Não há nenhuma preocupação em revelar as raízes de classe das opressões.

As duas teses, provavelmente as mais fortes, que são a da US e a de Chico de Alencar (“Caminhando contra o vento”) estão pelo pagamento da dívida pública. A grande maioria das teses, por outro lado, se apoia na auditoria para justificar uma posição de meio caminho.

Os reformistas e centristas têm seus motivos para explorar o caráter corporativo dos vários movimentos. Eis por que o leitor não encontrará nenhuma formulação geral e de princípio sobre as opressões. O máximo que encontramos é o reconhecimento de que o racismo tem raízes históricas na escravidão e que a opressão sobre as mulheres tem a ver com o patriarcalismo. Esse tipo de constatação, no entanto, acaba se convertendo em um problema cultural, educacional e policial. Isso explica porque as teses não têm o

denominador comum de todas essas manifestações e, portanto, não encontram o denominador comum das reivindicações contra a opressão sobre a mulher, negro, etc.

O programa de combate pelo fim de todas as discriminações e, em particular, da emancipação da mulher, é o da revolução proletária. O que exige reconhecer que essa tarefa depende do movimento unificado e coeso da classe operária e das demais classes oprimidas. Os movimentos corporativos de negros, mulheres, etc. podem servir muito bem a partidos eleitorais, como serviu perfeitamente ao PT. Mas sob esse corporativismo não servem para a luta contra a opressão capitalista e para alcançar em geral o fim das discriminações. Evidentemente, as reivindicações particulares de cada manifestação da opressão servem de ponto de partida para mobilizar e unificar a classe operária e demais explorados contra a burguesia e seu Estado. Em determinada situação, por exemplo, a bandeira em defesa do direito real ao aborto galvaniza a luta de todas as camadas oprimidas.

As teses são tão eleitoreiras, inconsequentes e oportunistas que ocultam relações sociais completamente visíveis. É o caso da intervenção da igreja em todos os aspectos das opressões. É o caso da interferência cotidiana da família, que constitui a célula econômica do capitalismo. Não há uma só menção em travar a luta contra a religião e o obscurantismo familiar. Mais de uma tese se refere ao combate à intolerância religiosa. A ideia de que a religião deve ser tolerante é banal. Nos últimos tempos, cresceu a interferência das igrejas na condução do Estado. É o que mostra

PL privatista do presidente do SINPEEM avança na Câmara

O cenário é de ataques do governo Dória/PSDB aos trabalhadores da educação no município de S. Paulo, com a demissão de professores contratados, redução do módulo de docentes nas escolas, cortes de verbas e de recursos materiais, retomada da reforma da previdência municipal, ameaça de retirada das férias em função de licenças médicas, dentre tantos outros ataques às condições de trabalho e ensino.

Nesse contexto, tem avançado na Câmara Municipal um Projeto de Lei, de autoria do vereador Claudio Fonseca/PPS, base aliada do governo e atual presidente do SINPEEM, que pretende modificar cargos e jornadas de trabalho dos docentes. O PL 68/2017, que tramita na Câmara desde fevereiro/2017, favorece a política privatista de Dória e os cortes já anunciados no quadro de pessoal. Isso é dito, pois, com a aprovação deste PL, tudo indica que a política de privatização na educação infantil avançará consideravelmente e o governo ainda conseguirá suprir a falta de professores nas demais modalidades de ensino, com o remanejamento dos docentes dos Centros de Educação Infantil (CEI). Estes, por sua vez, ao serem privatizados, recorrerão aos contratos de trabalho precarizado, por meio da terceirização.

Com a clara intenção de ganhar o apoio dos docentes, os propositores do PL se valem de uma propaganda enganosa de “conquistas” que não condizem com o conteúdo do PL. Fazem uso do aparelho sindical para essa finalidade. A evidência mais clara dessa contradição (conteúdo real x propaganda) se refere à questão da “opção” pela transformação do cargo de Professor de Educação Infantil (PEI) para o de Professor de Educação Infantil e Ensino Fundamental I, quando, na verdade, o texto não garante nenhuma escolha, mas sim a extinção do cargo de PEI. Para justificar a necessidade de tal transformação de cargo, se utiliza do discurso da equiparação de direitos entre os docentes e da valorização da Educação infantil, uma vez que passariam a ter um mesmo cargo e consequentemente, mesmo salário e direitos. No entanto, o verdadeiro interesse dos aliados do governo é ampliar a privatização da Educação Infantil que, no município, já tem sido a principal via empregada para expandir o atendimento às crianças de 0 a 3 anos, por meio dos convênios (parceria público-privada) e da rede indireta (prédios públicos entregues à iniciativa privada).

Caso o PL 68/2017 seja aprovado, provocará um esvaziamento dos CEIs, pois, grande parte dos docentes pode ver-se forçada, em função da nova jornada e dos acúmulos de cargo, a se remover para as EMEIs e EMEFs. Em relação às jornadas de trabalho, o PL prevê uma alteração substancial, pois inverte a lógica das jornadas atuais. Ou seja, a maior jornada (40 hora/aula) passa a ser a jornada do cargo e a menor jornada (30 hora/aula) a de opção, exatamente o contrário do que temos hoje na rede. Com essa alteração, parte dos docentes teria seus acúmulos prejudicados ou seria forçada (pelo receio de inadequação de horários etc.) a optar pela menor jornada por precaução, o que significaria redução de salário para uma grande parcela

a enorme influência da bancada evangélica no Congresso e o despontar de representantes reacionários como os Bolsonaro. As religiões disputam entre si o domínio das massas. Está aí por que as mais poderosas perseguem as mais fracas, como é o caso do candomblé. Se pelo menos uma das teses defendesse um programa baseado no objetivo histórico de destruição do capitalismo pela revolução proletária, então, no 6º Congresso haveria uma posição marxista em confronto com as posições burguesas e pequeno-burguesas sobre as opressões.

da categoria.

Nesse sentido, cabe lembrar duas coisas: primeiro, a categoria não defende o acúmulo, é obrigada a aceitar essa realidade em razão dos baixos salários. Esse aspecto resulta em sobrecarga de trabalho, gerando adoecimento e muitos outros problemas. Segundo, que a fixação da maior jornada (JEIF) como jornada do cargo a todos os professores não corresponde à reivindicação aprovada pela categoria, a qual deliberou em Congresso favoravelmente à bandeira de “garantia da JEIF a todos que por ela optarem”. É importante dizer isso, pois a JEIF como jornada do cargo (como pretende o PL) faria com que os professores que não optassem pela menor jornada (JBD) teriam de cumprir a JEIF independentemente de haver ou não aulas suficientes em sua U.E. de lotação. Ou seja, obrigaria os docentes a complementar sua jornada em mais de uma escola, o que já ocorre com os professores na rede Estadual. O nome disso é subemprego. E no caso dos docentes que decidissem continuar nos Centros de Educação Infantil? Com a mudança do seu cargo, passariam a receber por hora/aula, o que significa que se não conseguissem turma atribuída, acabariam compondo o módulo da unidade escolar sem regência (substituindo as ausências) e estariam submetidos à redução de salário, como já ocorre atualmente com os demais docentes, lotados nas demais modalidades de ensino da rede, o que não ocorria com os professores de Educação Infantil, por terem a mesma jornada e salário.

A aposentadoria dos docentes também será afetada com a aprovação do PL 68/2017, já que a transformação do cargo de PEI em PEIF exigiria dos professores que já possuem tempo de contribuição e idade para se aposentar que permanecessem no mínimo mais cinco anos no cargo para obter o direito à aposentadoria.

O método de luta é outro problema que está colocado, pois a experiência tem demonstrado que todas as conquistas se deram por meio da luta coletiva da categoria e não por medidas “por cima”, com a categoria desmobilizada. Sabe-se bem que qualquer PL, a partir do momento que começa a tramitar na Câmara dos Vereadores, passa exclusivamente às mãos dos vereadores. Isto é, pode sofrer alterações de acordo com os interesses dos parlamentares (no caso específico, de uma maioria governista domesticada por Dória). O autor do projeto, como presidente do sindicato, deveria agir sempre no sentido de reforçar a confiança dos trabalhadores em suas próprias forças. Ao utilizar esse mecanismo (apresentação de um PL), faz o contrário: alimenta a ilusão de que a categoria não precisa se mobilizar, pode “esperar” conquistas advindas de um Parlamento apodrecido.

O PL 68/2017, se aprovado, recrudescerá o quadro de desmonte do ensino público municipal, piorando as condições de trabalho, o salário dos docentes e, consequentemente, o atendimento às crianças. Daí a necessidade da categoria se mobilizar para barrar o projeto, ligando essa luta com as demais em defesa da escola pública.

Rondônia / **Burocratas do Sintero quebraram a greve**

Os trabalhadores da educação do município de Porto Velho aprovaram em assembleia uma greve contra o famigerado 3% de reajuste oferecido pelo prefeito Hindon, do PSDB. A greve iniciou dia 14/09, contra a vontade dos burocratas. No dia 21, conseguiram através de manobras quebrar a greve, que tinha tudo para enfrentar o prefeito e impor as reivindicações.

Os burocratas do sindicato, como de costume, fazem de tudo para desencorajar os grevistas. Nas assembleias, desandam nas falações contra a greve. Ora abertamente, ora pela via do convencimento da parcela que se encontra temerosa e desaminada de enfrentar uma greve mais radicalizada. Foi o que se passou. Acabaram aceitando a proposta de 3%, dividido em três anos com R\$ 20,00 de acréscimo na gratificação do vale alimentação e a revogação da lei que retirava o direito do quinquênio de todos os servidores do município.

Como, desde o início, a direção do sindicato foi contra a greve, não moveu uma palha para fortalecer o movimento. Assim, a greve iniciou fragilizada e a base não sentiu firmeza em aderir à

paralisação. Daí o pequeno número de escolas paradas. Com os baixos índices de adesão, a burocracia aproveitou para impor a aceitação do acordo miserável e pôr fim à greve.

É evidente que uma greve que nasce contra a direção do sindicato é muito difícil de ganhar força. A não ser que houvesse uma vanguarda combativa capaz de tomar a frente do movimento, criando os comandos de greve e os comitês de luta nos bairros, visando a quebrar o isolamento da greve e a unificar com os explorados. Seria o comando de greve, eleito em assembleias, a real direção da greve. Nessas condições, a burocracia teria mais dificuldades de mentir e manobrar para quebrar o movimento grevista.

Está aí por que a Corrente Proletária, que lutou pela vitória da greve e denunciou o papel traidor da direção do sindicato, vem trabalhando para constituir essa fração oposicionista. Nos momentos de luta e de greve é que sentimos diretamente o quanto é prejudicial a falta de uma organização classista. Essa é uma tarefa imprescindível para defender nossas reivindicações com os métodos próprios dos explorados e combater as direções conciliadoras e traidoras.

Como foi a Assembleia Nacional de Estudantes Livres (Anel) preparatória ao 3º Congresso da Conlutas

Reuniram-se em São Paulo, no dia 30 de setembro, pouco mais de 150 estudantes de estados como Minas Gerais, Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, e São Paulo para participar da Assembleia Nacional da Anel. Tinha como um de seus objetivos a eleição de delegados para o 3º Congresso da Conlutas, a se realizar de 12 a 15 de outubro. Além disso, tinha como pautas a luta contra o encarceramento e racismo, violência machista, a LGBTfobia, o desmonte das universidades públicas, a situação das escolas, a precarização da educação e as dificuldades que a crise coloca para a juventude trabalhadora e estudantil, destacando-se a participação dos estudantes no dia nacional de lutas de 10 de novembro, convocado pelas centrais sindicais.

Raízes do retrocesso da Anel

O pequeno número de participantes para um encontro nacional, inclusive da cidade de São Paulo, onde foi realizado, é um termômetro do refluxo da Anel. É bom lembrarmos que a Anel, que certamente agrupa um setor dos mais combativos entre a juventude, foi fundada em 2009, depois da extinção da Conlute. Esta, por sua vez, surgiu a partir de 2004, quando o PSTU projetou a cisão que promovia na CUT para o movimento estudantil. Nunca houve um balanço da extinção da Conlute e por que não se constituiu numa alternativa de direção à burocrática e governista UNE. Citamos, como exemplo, a realização de seu encontro nacional de 2007, dentro da USP em greve e com reitoria ocupada, com delegações da maioria dos estados do país, que se deu à margem daquela luta concreta e negando-se a constituir um comando nacional para projetar a luta da USP pelo país (coisa que aconteceu depois de forma espontânea com as dezenas de ocupações de reitorias naquele ano).

A constituição da Anel se deu em 2009, sob a então política do PSTU de procurar atrair o PSOL para uma organização comum que expressasse a frente de esquerda eleitoral no interior do movimento estudantil. Ao mesmo tempo, o PSTU procurou a unificação da Conlutas com a Intersindical. Ambos intentos fracassaram.

Para piorar as coisas para o PSTU, sua cisão à direita que formou o MAIS o esvaziou organizativamente. Grande parte de seus militantes da área da educação debandaram para a nova corrente centrista, de fortes traços reformistas e eleitoreiros. Enquanto o PSTU girava à esquerda, com um discurso que o separou do PSOL, sua cisão pagava ingresso para participar do aglomerado eleitoral.

O MAIS decidiu se desvincular da Anel. Junto a ele, correntes como o MRT (ex-LER/QI) também se voltaram para a UNE pós governos petistas. Tudo sem nenhum balanço crítico e autocrítico sério. Assim, a Anel se tornou ainda mais minoritária do que era, e ainda mais burocrática, pois o PSTU passou a dirigi-la com centralização rígida. A qual se evidenciou na Assembleia do dia 30/09, como veremos adiante.

Uma lição de centrismo

A abertura da assembleia ocorreu com mais de uma hora de atraso. E apenas três daqueles anunciados para abri-la estavam presentes. Uma delas chegou atrasada, às 12h, isso quando a atividade estava prevista para iniciar às 10h.

As primeiras falas foram ligadas aos movimentos LGBT e negro. Nelas, constata-se a profunda influência do pensamento acadêmico pós-moderno que afirma que essas opressões têm base cultural e que para combatê-las se trata de lutar por educação e coerção. Ou seja, de conteúdo reformista do capitalismo. Claro, essa essência foi apresentada sob um linguajar radicalizado, defensor das lutas e mobilizações. Mas alheio à necessidade dos movimentos se unirem sob a estratégia da classe operária, para com a transição ao socialismo criar as bases para acabar com toda forma de opressão.

A seguir, falou Atenágoras, dirigente sindical do PSTU. Uma fala extremamente radicalizada. Que apontava a necessidade da direção da classe operária para a luta geral dos oprimidos. Que defendeu a revolução socialista como única saída para as opressões. Que criticou o programa petista/nacionalista que se elabora para defender a candidatura de Lula em 2018. Que não se colocou pelas alternativas burguesas/eleitorais diante da crise, mas pela revolucionária. Sequer defendeu a bandeira do PSTU de eleições gerais, apesar de chamar o Fora Todos. Depois dele, falou a militante feminista, que novamente destoou do discurso de aparência revolucionária de Atenágoras.

Afirmamos que se tratou de uma aula de centrismo, porque concretizou um discurso extremamente radicalizado do dirigente com os discursos reformistas dos demais militantes da mesa. Ou seja, afirmou de forma abstrata uma política revolucionária, quando na prática é aplicada uma série de bandeiras reformistas. Está aí a própria definição do centrismo: um discurso (hoje) radicalizado, sobre a base de uma política oportunista. E que oscila desde o eleitoralismo da frente de esquerda até o governo revolucionário baseado em conselhos populares empunhado hoje.

No grupo das universidades houve vários relatos da situação de ensino. O fator comum das universidades públicas foi a precariedade, que se traduz na falta de professor, funcionário e permanência estudantil. Há campi recentes que funcionam sem restaurante universitário, como o experimental da UNESP em Ourinhos. A falta de moradia estudantil também é sentida por vários estudantes de diferentes universidades e estados. Na USP, foi relatado que, somente este ano, foram mais de 3.800 inscrições solicitando moradia, mas apenas 165 vagas concedidas. Ainda na USP, foi relatado o crescente ataque da reitoria, por meio das demissões voluntárias, totalizando mais de 3 mil funcionários. A aprovação do teto de gastos, assim como o aumento da repressão no interior do campus, que segue com a presença da PM. Houve estudantes do ensino à distância que descreveram a situação precária para estudar. Não há assistência, não há meios de sanar dúvidas com o professor. Quase a totalidade do curso é feita pela internet. Os estudantes desta categoria ainda ressaltaram que, para muitos, este é o único meio de continuar os estudos, uma vez que trabalham e, em função da longa jornada de trabalho e da falta de recursos para o transporte, optam pelo ensino à distância. Houve também relatos de estudantes de faculdades privadas que expuseram o grande volume de desistência. Sem conseguir o FIES ou o PROUNI, não encontram formas de pagar a mensalidade, resultando no abandono.

Foi dito que, na atual conjuntura de crise do capitalismo, não se pode entender os casos de modo pontual, mas interligados pela necessidade de cortes de gastos de modo a assegurar o pagamento da dívida pública. Ademais, era preciso também verificar o movimento de resistência que tem surgido por parte dos estudantes e funcionários, muitas vezes com elevado grau de radicalidade. Ocorre que esses movimentos não têm alcançado vitórias, porque não têm conseguido romper com o isolamento, e procurado respostas pontuais quando o problema é geral, carecendo de uma resposta de conjunto dos estudantes, que deveria ser organizado pelas entidades nacionais. É nesse sentido que a *Assembleia da ANEL* deveria fazer um balanço crítico da divisão da UNE. A ANEL, assim como a *falida Conlute*, não foi capaz de organizar os estudantes nacionalmente para resistir e vencer os ataques dos governos, em defesa do ensino público e gratuito a todos.

O divisionismo tornou-se o centro da discussão. Muitos se inscreveram para defender a ANEL enquanto a alternativa de esquerda da organização estudantil, em oposição ao burocratismo da UNE. De certo, a direção da UNE é burocrática e os estudantes não devem compactuar com essa política, ao contrário, devem rechaçá-la. Ocorre que não se trata de defender a atuação da ANEL no interior da UNE na qualidade de aliança com a atual direção conciliadora, mas de atuar de forma a combater a ilusão que a base dos estudantes tem nessa direção, e ajudá-la a romper com a camisa de força à qual estão submetidos. Abdicar-se de cumprir essa tarefa é voltar às costas a esses estudantes. Essa renúncia não pode ser confundida com independência de classe, como diziam os militantes do PSTU. A independência de classe pressupõe um programa e uma prática em oposição à burguesia. É mais do que factível a atuação dentro e fora da UNE sob a política do proletariado.

Apontou-se como saída aos problemas da juventude a defesa da greve geral. Nesse quesito, novamente põe-se a ANEL em cheque. A ANEL não é capaz de organizar os estudantes nacionalmente para uma greve geral, assim como a CSP-Conlutas, à qual a ANEL é filiada. Esta é a prova do quanto a divisão não foi a expressão de um setor das massas estudantis para a composição de outra entidade, mas se trata, tão somente, do rompimento de correntes. Ou atuamos junto à massa estudantil, ou o divisionismo aventureiro e sectário conduzirá ao seu maior controle por parte da burocracia e, consequentemente, ao atrasado na luta pela libertação da juventude, o que inclui a conquista da educação pública e gratuita a todos.

Esse foi o conteúdo da intervenção do POR nesse grupo. Essa discussão se traduziu em posterior debate na plenária final.

Plenária Final

A plenária final teve apenas duas questões polêmicas.

A primeira delas foi a resolução apresentada pelo POR de que a Anel deveria atuar como oposição no interior da UNE. A mesa propôs que a defesa da proposta antecederse a fala dos contrários, contrariando não só a norma de qualquer assembleia como a lógica formal. Diante da recusa da militante do POR, um “assessor” da mesa propôs duas defesas “alternadas” de cada lado. Mas na hora de efetivar a segunda rodada de defesas, a mesa trocou a ordem, de forma que a militante do PSTU desse a última palavra.

A defesa contrária a resolução procurou distorcer a proposta do POR. Afirmou-se que buscávamos a “dissolução da ANEL”. No entanto, não se tratava de uma proposta de dissolução, mas de fazer com que a vanguarda combativa que se agrupa ao redor da Anel enfrentasse a direção burocrática da UNE, que arrasta atrás de si a grande maioria dos estudantes universitários.

A segunda polêmica se deu quando a mesa propôs aprovar apenas o número de delegados que iriam para o congresso da Conlutas, sem distinguir quem seriam. A escolha dos nomes seria feita posteriormente pela executiva da Anel.

O POR fez uma questão de ordem, reivindicando que a assembleia elegesse ali os delegados. Na defesa das propostas, o POR insistiu na aplicação da democracia operária, onde quem discute e decide põe em prática as decisões coletivas. O PSTU, em sua defesa, afirmou que o POR não tinha o direito de se contrapor a escolha dos delegados pela executiva, assim como não tinha o direito a nenhum delegado por ser uma “organização inimiga”. Alegou ainda que, nossa proposta era apenas para que tivéssemos delegado ao congresso (coisa que não aconteceria pela proporcionalidade, caso se tivesse feito as contas).

Na votação, metade da base do PSTU nem mesmo votou. Outra parte se absteve e, na declaração de abstenção, se opôs ao PSTU, afirmando que tal proposta acabava por igualar a prática da ANEL ao da UNE.

É desta maneira que, o burocratismo de indicar delegados pela direção tinha sido extremo. A mesa passou então a modificar a proposta a cada questionamento do plenário, dizendo que a escolha seria por conta de incluir outros estados na delegação. Disse ainda que quem quisesse ser delegado poderia se apresentar à mesa para ser efetivado. Ao que o POR questionou sobre a possibilidade de haver mais de 16 interessados, o que aconteceria então? A mesa desconversou e insistiu que tudo era por causa da necessidade de incluir delegados de estados que não estavam presentes. Uma das integrantes da mesa indicou que se deveria fazer nova votação, ao que a outra respondeu que “de jeito nenhum”. Claro, sob receio de que fosse rejeitada pela própria base. Observou-se na prática um burocratismo muito semelhante ao dos congressos da UNE, tão criticada pela própria Anel.

Assim, mesmo sob as reclamações e indignação do plenário em não poder escolher seus delegados, o PSTU deu por encerrada a discussão e ficará a cargo da executiva a nomeação. Ao término da atividade, um militante do PSTU ofereceu ao POR a participação na executiva da ANEL, para que desta maneira pudéssemos ter direito a um delegado. O POR prontamente recusou. Não se tratava simplesmente do POR ter seu delegado, mas o método como ele seria eleito, se assim o fosse. O POR tem por princípio a subordinação à democracia operária e não à cúpula da ANEL, ou de qualquer outra direção. O POR somente concorreria à delegação caso pudesse submeter seus candidatos ao plenário.

Por fim, após a leitura de uma carta da AMORCRUSP (Associação de Moradores do CRUSP) convocando a ANEL a se somar a luta em defesa da moradia estudantil da USP, se encerrou a assembleia nacional da Anel.

Comprova-se mais uma vez a necessidade de construir uma direção classista para a juventude, assentada no programa proletário. Sem isso, os burocratas reformistas e de esquerda centrista continuarão a manter a juventude à margem da luta pela revolução proletária.

Nesta edição:

- **Espanha:** Pelo direito de separação da Catalunha e constituição do Estado Nacional. Fora a polícia espanhola da Catalunha!
- **Iraque:** Por que é negado aos curdos o direito à autodeterminação?
- **Alemanha:** Realizadas as eleições na Alemanha. O proletariado alemão necessita construir o partido revolucionário.

Artigos das Seções

Comitê de Enlace

pela Reconstrução

da IV Internacional



Argentina

Declaração do POR perante as eleições de outubro

O POR chama a anular o voto e dar as costas ao circo eleitoral

Governistas e opositores são responsáveis pelo ataque às condições de vida das massas. Voltarão a realizar os cortes. Somente a classe operária com seus próprios métodos de luta derrotará esta política, colocando-se à frente de todos os oprimidos.

As eleições primárias, realizadas em agosto, demonstraram que a grande maioria dos votos foram para os **candidatos e coligações que defendem a ordem capitalista**, a grande propriedade privada dos meios de produção e que não questionam a dominação do imperialismo sobre o nosso país. É significativo que tenha havido 1,4 milhões de votos nulos e brancos, considerando que, a exceção da política revolucionária do proletariado, todas as tendências (da esquerda à direita) disputaram as eleições.

Os governistas se apresentam como os grandes vencedores, mas, perderam as eleições na Província de Buenos Aires e Santa Fé e, em nível nacional, tiveram somente 25% de todos os votos. O crescimento da sua votação veio do setor do Massa. O governo precisa se apresentar como vencedor para mostrar que tem respaldo e prosseguir com todas as reformas contra as massas, reforma trabalhista, previdenciária, tributária e educacional.

Ocorre que, de cada três votantes, dois não votaram no governo. Mas, isso não quer dizer quase nada. Em quem votaram dois em cada três? Votaram em setores da “oposição” que apoiaram todas as leis e todas as medidas do governo.

O governo, mesmo sendo minoria no congresso e controlando poucas províncias, pôde governar dois anos. Contou com a colaboração da burocracia sindical, de governadores e legisladores da oposição (PJ ou Frente para Vitória) que facilitaram a aplicação de todos os planos do governo que representa diretamente o capital financeiro internacional, representa os elementos mais claramente antinacionais e antipopulares, aqueles a que só havia chegado o governo mediante golpes militares.

O mais importante é que as eleições não puderam ocultar as enormes mobilizações dos últimos meses, das CGT/CTA, dos docentes de todo o país, das mulheres, contra a impunidade do 2 por 1.

Dois dias antes das eleições, se realizaram mobilizações gigan-

tescas para reclamar pela aparição de Santiago Maldonado, responsabilizando ao governo pela sua desapareição. Mobilizações que se repetiram em 1º de setembro, levantando uma bandeira que penetrou na maioria da população. O dia 22 de agosto se realizou uma grande mobilização convocada pela CGT/CTA. Esta mobilização enfureceu o governo, que reforçou o ataque aos sindicatos para discipliná-los, para que não resistam às reformas que virão. O ataque a um setor da burocracia tem a finalidade de enfraquecer aos sindicatos, não a burocracia.

É mentira que votando na oposição vão se impedir os cortes. Não com votos nem com leis que se impedirão os cortes. O Congresso é um parasita impotente, incapaz sequer de fazer cumprir suas leis e a Constituição, (lembramos o exemplo recente da chamada lei “anti-demissão”). É impotente para tomar qualquer medida contra a escalada repressiva do governo que provocou a desapareição de Maldonado no marco de uma intensa repressão contra o povo Mapuche que já dura bastante. Os cortes virão com maior repressão para frear a resistência popular que já se manifesta. Para isso precisarão da polícia!

É mentira que o Congresso conseguirá barrar o endividamento terrível, que poderá deter os tarifaços ou as demissões. É mentira que o Congresso conseguirá deter a reforma da previdência, trabalhista ou tributária. Aqueles que voltam a pedir o voto para enfrentar o Macri no congresso MENTEM. O congresso não enfrentou Menem, nem Macri, e nenhuma das atrocidades da ditadura. Há que dizer com todas as letras que **no Congresso são sepultadas todas as aspirações populares.**

Somente a ação direta das massas, as greves, mobilizações, ocupações, cortes e levantamentos populares podem deter a política de saque e agressões ao país que Macri dirige junto com seus gerentes sob as ordens das multinacionais, o FMI e o Banco Mundial.

Não há “voto útil” possível, porque nenhuma candidatura, nem nas chapas patronais, nem das esquerdas, dizem qual é o **único caminho para derrotar esta política.** Chamamos a **NÃO votar nos partidos e candidatos que defendem o regime capita-**

lista (nossos verdugos).

Há que dizer com todas as letras que não queremos garantir a governabilidade, nem que o governo se saia bem. Seus interesses e seus objetivos são contrários aos da grande maioria. Se Macri se sai bem, nós estamos fritos.

A aqueles que não têm ilusões em nenhum desses candidatos, mas, acreditam que castigarão com seu voto o governo, dizemos que não é suficiente. Insistimos: **o único jeito de enfrentar o governo e suas políticas é a organização e luta de milhões de trabalhadores** empregados e desempregados, de jovens, de todos os oprimidos. Como já o antecipou o jornal La Nación e os funcionários de Macri em Nova York, a partir de outubro, as reformas acontecerão inevitavelmente.

Nestas eleições, como ocorre há muito tempo, **não se discutem ideias**, não se discutem programas, nem perspectivas para o país. É um torneio de frases feitas por especialistas de marketing, que entopem com campanhas caríssimas o rádio, a televisão, internet e as ruas. Quanto maior e mais cara é a campanha, menos ideias, mais promessas, mais mentiras.

A classe operária tem outra ideia do país. Afirma que o capitalismo está esgotado e apodrecido, quem não tem como superar sua crise que é mundial. Pela sua queda empurra dezenas de milhões de pessoas à barbárie, às migrações massivas ou as condenam a conviver com as guerras, o desemprego e a miséria.

Nestas eleições, o POR não apresentará candidatos, mas, interviremos para dizer que **o ajuste violento que vem só pode ser derrotado com a luta das massas.** E afirmamos também que **não basta derrotar o ajuste, que é necessário liquidar o capitalismo, liquidar a burguesia**, essa ínfima minoria que se apropria da riqueza produzida pelo conjunto dos trabalhadores. **Eles são os que realmente detêm o poder** (seja quem for que ganhe as eleições). São os capitalistas os que tomam as decisões e são eles os que contribuem com dezenas de milhões nas campanhas. Eles apoiam os candidatos desde seus poderosos meios de comunicação, são eles que decidem quem apoiar e mostrar ou esconder e difamar. Assim funciona **a democracia burguesa: a forma mais sofisticada da ditadura do capital.**

NÃO chamamos a votar nos candidatos da esquerda, pois estes fazem campanha vendendo ilusões de que, votando neles,

podem-se impedir os ajustes, como se as bandeiras que defendem pudessem realizar-se sendo deputado de esquerda no parlamento.

Há que dizer com toda clareza que **não é com leis ou com deputados ou com votos que se pode deter a bancarrota capitalista.** Não nos deixemos enganar mais.

Perguntamos: quem desconhecerá a dívida externa? Quem nacionalizará a banca e o comércio exterior? **Que classe social** se encarregará de expulsar os latifundiários do país, recuperando nossas terras, expulsando os Benetton, que possuem mais de um milhão de hectares e perseguem junto com os Lewis os povos originários apropriando-se da Patagônia? **Que classe social** realizará a nacionalização sem indenização de todos os recursos naturais e todas as empresas vitais que foram privatizadas? **Que classe social** levará aos tribunais todos os que saquearam o país construindo fortunas gigantescas e recuperar para a sociedade todos os bens roubados? **Que classe** fará Justiça com aqueles que ordenaram, financiaram e se beneficiaram com a última ditadura? **Somente a classe operária** e seu partido revolucionário são portadoras dessa política e, para que triunfe, deve colocar-se à frente de todos os oprimidos.

A burguesia é uma classe covarde, entreguista, corrupta, antinacional incapaz de resolver os problemas nacionais, democráticos e sociais. Esta incapacidade se expressa em seus partidos, se manifesta nas suas instituições. As classes médias por seu turno, são incapazes de formular uma política própria. Ou seguem à burguesia, ou seguem, em situações extraordinárias, à classe operária.

É necessário expulsar a burguesia do poder, acabar com seu estado, a ditadura do capital, para conquistar pela primeira vez a verdadeira democracia para a ampla maioria da população, para conquistar a soberania política rompendo todas as correntes que nos amarram ao imperialismo, para transformar a propriedade privada concentrada em poucas mãos em propriedade social (de todos em geral e de ninguém em particular). Isso só pode ser alcançado mediante uma **revolução social**. Esse será o primeiro passo para começar a **construir o socialismo** (não há nenhum outro caminho possível). **Chamamos a votar por estas ideias. A exigir aparição com vida de Santiago, o castigo a todos os culpáveis, anulando o voto.**



**Pelo direito da Catalunha à separação e constituição do Estado Nacional
Fora a polícia espanhola da Catalunha
Pelo direito democrático dos catalães decidirem sobre seu próprio destino**

Em 1º de outubro, realizou-se o referendo pela “autodeterminação” da Catalunha. 5,3 milhões de pessoas estavam habilitadas a votar. Teriam de responder “Sim” ou “Não” à pergunta: “*Quer que a Catalunha seja um Estado independente na forma de República*”.

Segundo o governo autônomo da Catalunha, denominado Generalitat, 73% das escolas habilitadas garantiram seu funcionamento e 2,2 milhões de eleitores votaram (42%). Em coletiva à imprensa, o presidente da Generalitat, Carles Puigdemont, assinalou que 90% votaram pelo “Sim”. De forma que nos próximos dias anunciaria a “independência” de Catalunha.

Uma parcela da população ou rejeitou o referendo por meio da abstenção (há movimentos que defendem a Espanha “una e indivisível”), desconheceu ou então foi impedida de votar pelo bloqueio policial e militarização, imposto pelo governo espanhol. Milhares de policias foram deslocados para impedir a votação, declarada ilegal pelo Tribunal Constitucional. Centros de votação foram bloqueados, urnas sequestradas e cédulas confiscadas.

A repressão, porém, não conseguiu evitar que milhões votassem, deslocando-se para os centros improvisados de votação. Bloqueios de ruas em localidades do interior evitaram que

as forças policiais fechassem centros de votação. Em Barcelona, se produziram violentos enfrentamentos, contabilizando 880 feridos entre manifestantes e policiais.

Puigdemont repudiou a repressão e disse que “os catalães têm o direito a decidir seu futuro”, exigindo da União Europeia (UE) fazer da questão catalã “um assunto europeu”. Por sua vez, o presidente espanhol, Mariano Rajoy, afirmou que ação policial “preservou o Estado de direito”.

A recusa do governo, da coroa e das frações da burguesia espanhola a aceitar a secessão empurrou a burguesia catalã a recorrer ao movimento de massa para forçar uma negociação. Inclusive para pedir amparo ao imperialismo. A Madri, não restou senão o uso da truculência policial. O que impulsionou e fortaleceu a coesão do movimento nacionalista catalão.

Catalunha é uma das 17 “comunidades autônomas” do país que contam com grande autonomia política, econômica e jurídica. Ao lado do País Basco e da Galícia, é uma das poucas que possui uma língua e culturas próprias reconhecidas pelo governo espanhol. Porém, nunca foi uma nação independente. Essa particularidade histórica tem suas origens na formação da Catalunha como principado integrado ao reino de Aragão. Com a derrota do reino aragonês pelo o reino de Castela (1356/1375), se impôs a anexação, completada em 1492, resultando na formação do Reino Espanhol, cujo território se mantém até hoje. Em todo esse processo, a Catalunha preservou uma relativa autonomia, concedida pela monarquia Bourbon.

A preservação das autonomias serviu ao objetivo da coroa de impor a centralização e o equilíbrio entre os diversos interesses nacionais. Quando a Espanha se integrou ao mercado mundial, ressurgem os interesses divergentes. Sua integração à divisão mundial do trabalho permitia ampliar os negócios das diversas frações nacionais burguesas e, desse modo, comparece o problema da divisão da mais-valia, realizada internamente de forma mais ou menos pacífica e ajustada às relações institucionais.

No entanto, no momento em que o país passou a depender do mercado mundial, passou também a refletir suas recorrentes crises e a descarregar sobre o mercado interno suas consequências. É nessas condições que a monarquia e as frações burguesas oscilarão entre a centralização mais rígida e a ampliação das autonomias regionais. Oscilação que refletia as tendências mais gerais das crises.

Catalunha sempre foi uma das regiões mais prósperas e ricas. Com o desenvolvimento do capitalismo e a formação da república, a sua burguesia terá condições para seu enriquecimento e projeção monopolista. A ditadura franquista não modificou esse percurso, embora restringisse sua autonomia. Com o avanço à redemocratização (1975), a coroa e as frações burguesas passaram a negociar uma nova Constituição, finalmente aprovada em 1978. Nela, se reconhecem as autonomias e se ampliam suas faculdades de autoadministração consagradas na Constituição republicana de 1932. O objetivo era o de evitar que as tendências centrífugas do separatismo basco se estendessem à Catalunha e Galícia.

Tais concessões foram possíveis porque havia uma alta na economia mundial. Circunstância que facilitava a solução dos

atritos interburgueses de forma relativamente pacífica. Mas, quando a crise capitalista mundial eclodiu em 2008 e arrastou o país a uma profunda recessão, emergiram as velhas contradições e se fortaleceu o chauvinismo regional.

Evidentemente, trata-se de um fenômeno de alcance continental. Há diversas frações burguesas que almejam romper a dependência nacional para se erguer em exploradoras exclusivas dos recursos econômicos ou das fontes de matérias-primas localizadas em seus territórios. Erguendo, ao mesmo tempo, uma “barreira” que lhes permita se livrar dos pesados encargos fiscais, determinados pelo governo central. Esse é um dos problemas que impulsiona o movimento nacionalista da Catalunha.

É o que acontece na Itália, onde há décadas se desenvolve uma tendência separatista reacionária da burguesia industrial e financeira do norte do país, que almeja constituir seu próprio Estado. Seu objetivo é o de romper com a obrigação de subsidiar as regiões mais atrasadas do sul do País. E assim como a Catalunha, pretendem se associar diretamente à UE como novos Estados nacionais.

Os marxistas estão obrigados a lutar à morte pelo direito à autodeterminação da nacionalidade oprimida, mas nem sempre estão obrigados a apoiar o movimento separatista.

Citamos esse exemplo apenas para mostrar que nem sempre um movimento separatista constitui um progresso histórico, ou um campo para o desenvolvimento de tendências progressivas entre as massas. Essa constatação exige avaliar o “independetismo” catalão não de forma abstrata, mas condicionada pelas particularidades nacionais, pelo percurso da crise capitalista e pela sua significação para a luta de classes nacional e mundial. O que evidentemente não nos impede de defender o direito de separação da Catalunha, expressa no referendo democrático, de se tornar um Estado independente e de combater a intervenção do Estado espanhol. Os marxistas estão obrigados a lutar à morte pelo direito à autodeterminação da nacionalidade oprimida, mas nem sempre estão obrigados a apoiar o movimento separatista.

Observa-se que o atual conflito começou ao redor da luta pelo controle dos recursos fiscais regionais. Anteriormente, houve o pleito legal e jurídico para que o parlamento e governo espanhóis reconhecessem um novo estatuto autônomo que garantiria o controle da totalidade dos recursos fiscais à Generalitat. Quando a crise econômica acirrou e o governo espanhol negou-se a cumprir tal condição, a burguesia catalã recorreu então à secessão.

O fundamental está em que foram as tendências da crise que avolumaram os choques já existentes. As medidas fiscais do governo espanhol fizeram que a Catalunha visse reduzidos seus subsídios sociais em 26%, aumentassem os despejos de moradias, agravassem os cortes em saúde e educação, precarizassem ainda mais as condições de vida do funcionalismo e da pequena burguesia urbana e rural. Essa situação serviu de alavanca para a integração da pequena burguesia e de setores assalariados à luta separatista. E sobre a qual passará a operar a burguesia catalã, visando a romper com os laços fiscais “solidários” vigentes na Constituição de 1978, que permitem ao Estado

espanhol exaurir os recursos da Catalunha.

É essa base material e de classe que condiciona, por sua vez, a expressão política do conflito. Basta ver que o movimento separatista (Juntos pelo Sim, Partido Socialista Catalão-PSC, Candidatura de Unidade Popular-CUP, etc.) acusa a Constituição de 1978 de estar falida, para se ver até que ponto esse movimento está determinado pelos interesses da burguesia catalã. Tudo indica que se usa a “autodeterminação” como moeda de troca para negociar seus interesses. Interesses egoístas que não devem ser confundidos com o sentimento nacional da pequena burguesia e de setores do proletariado. Está claro que o movimento nacionalista burguês arrasta parte significativa das massas exploradas. Nisto reside toda a importância da questão nacional, que concretamente corresponde ao direito da Catalunha de se separar e constituir seu Estado.

Na terça-feira, 3 de outubro, foi realizada uma massiva greve geral em apoio à autodeterminação da Catalunha. Milhões exigiram que o governo espanhol e a UE reconhecessem o direito de formar uma “República catalã independente”. Estudantes, camponeses e o funcionalismo público estiveram à frente das manifestações e dos 47 bloqueios de rodovias. Para ajudar a massificar o movimento, a Generalitat declarou “feriado cívico”. A medida contou com o apoio de centrais sindicais regionais (CGT, IAC, COS e CoBas) e de diretorias regionais (CCOO e UGT), bem como das centrais sindicais nacionais, embora essas tenham boicotado a greve.

Apesar de seu caráter “policlassista” (parada cívica), o objetivo da greve foi traçado pela chamada Mesa pela Democracia, controlada pelas federações patronais e seus partidos políticos. Essa constatação é fundamental, uma vez que tudo indica que o proletariado catalão (uma fração do proletariado espanhol) não se colocou por uma posição política independente e por um programa próprio para a crise. As burocracias sindicais usam a causa separatista para negociar seus interesses, ora apoiando a separação, ora a Espanha “una e indivisível”.

É em meio a essa convulsiva situação política que se coloca a importância de traçar uma clara definição de classe e estabelecer quais os interesses e programa do proletariado diante das forças sociais presentes. O que exige também situar a “luta independentista” catalã dentro de um quadro histórico determinado, reconhecendo as particularidades que a distinguem. Não há dúvida de que a Catalunha está profundamente integrada à economia da Espanha. O seu proletariado é parte do proletariado espanhol. A burguesia da Catalunha é, por sua vez, uma fração da burguesia espanhola. A crise que foi e continua



A crise que foi e continua sendo descarregada sobre os ombros das massas catalãs é a mesma que o Estado espanhol descarrega sobre os explorados madrilenos, bascos, etc. A via da separação apresentada pela fração burguesa da Catalunha para enfrentar a crise que desintegra o capitalismo não pode ser confundida como se fosse de todos os catalães. Nisto, a classe operária do restante da Espanha deve prestar atenção, uma vez que está obrigada a se levantar contra a intervenção policial-militar do governo central na Catalunha e a defender o seu direito à separação.

sendo descarregada sobre os ombros das massas catalãs é a mesma que o Estado espanhol descarrega sobre os explorados madrilenos, bascos, etc. A via da separação apresentada pela fração burguesa da Catalunha para enfrentar a crise que desintegra o capitalismo não pode ser confundida como se fosse de todos os catalães. Nisto, a classe operária do restante da Espanha deve prestar atenção, uma vez que está obrigada a se levantar contra a intervenção policial-militar do governo central na Catalunha e a defender o seu direito à separação.

O movimento nacionalista separatista somente ganhou apoio dos explorados na ausência de um movimento revolucionário do proletariado contra a burguesia e o Estado

espanhol, bem como contra a burguesia europeia que impôs grandes sacrifícios às nações mais débeis da União Europeia. O movimento de resistência à crise não se generalizou e não se unificou no combate às demissões em massa, ao esmagamento salarial e à destruição de velhas conquistas trabalhistas. A burocracia sindical ergueu-se como uma trava em toda a Espanha, em particular na Catalunha. O triunfo da política de colaboração de classes cegou a classe operária diante das questões estratégicas, que emergiram da crise geral na Europa e mundial. O governo da Espanha, mesmo mergulhado em profunda crise política, conseguiu impor suas medidas.

É nessas condições que a fração burguesa catalã reacendeu o nacionalismo separatista, que em grande medida visa a encontrar um denominador comum com o Estado espanhol, a depender da continuidade da luta das massas. Em todo o percurso da crise, foi se evidenciando a crise de direção revolucionária. O proletariado espanhol e europeu sem o partido revolucionário não pôde marchar com seu programa, bandeira e estratégia próprios. Diante das tendências centrífugas do capitalismo em decomposição, não se trata de impulsioná-las, mas de responder a elas com o programa da revolução proletária. É pela via da luta de classes – e não de movimentos nacionalistas que pressupõem a colaboração de classe – que os explorados de toda a Espanha se unificarão contra o grande capital e marcharão pela sua expropriação e pela implantação do socialismo. Trata-se de combater pela unificação do proletariado e dos movimentos das massas sob a estratégia dos Estados Unidos Socialistas da Europa. É imprescindível lutar contra a divisão em suas fileiras em torno do Estado unitário e da separação da Catalunha. Para isso, a vanguarda deve se colocar pelo direito dos catalães decidirem pela separação e defender que a tarefa dos explorados não é a de impulsionar os movimentos nacionalistas, mas sim a de voltar suas forças contra a burguesia e o Estado capitalista.

Por que é negado aos curdos o direito à autodeterminação?

O governo do Curdistão iraquiano, Massoud Barzani, realizou, em 25 de setembro, um referendo sobre sua independência. A reação dos seus opressores foi ameaçadora. Iraque, Irã e Turquia prometeram sufocar economicamente os curdos. O governo iraquiano enviou tropas para as fronteiras e bloqueou o acesso aéreo ao Curdistão. A Turquia fez ameaça de bloquear o trânsito fronteira e fechar o oleoduto que serve de escoamento da produção petrolífera do Curdistão iraquiano. Segundo notícias, Recep Tayyip Erdogan, presidente da Turquia, fez uma prepotente declaração. Transcrevemos: “Quando fecharmos as comportas do petróleo, isso acabará. Todos seus investimentos se evaporarão.” Os Estados Unidos se pronunciaram pelo não reconhecimento do referendo. Essa mesma posição foi tomada pela ONU. Parece que é certa a informação de que Israel se colocou do lado dos curdos. Esse fato por si só mostra perfeitamente como a nacionalidade curda está em meio aos convulsivos choques que se desenvolvem no Oriente Médio.

O referendo ocorre no momento em que as forças do Estado Islâmico perdem terreno para a coalizão internacional, comandada pelo imperialismo norte-americano. Os curdos iraquianos estiveram à frente dos combates em Mossul. As forças norte-americanas bombardeavam pelo alto e por terra os “peshmergas” curdos enfrentavam a jihad islâmica. A vitória permitiu que os curdos passassem a controlar parte da região. Agora, depois de servirem ao intervencionismo do imperialismo e aos interesses do governo iraquiano, os curdos devem voltar às fronteiras do Curdistão e se contentarem com a semiautonomia obtida em 1991, como resultado da guerra dos Estados Unidos contra o Iraque.

Esse povo é movido por uma história milenar. Mas é no século XII que constitui o Curdistão (Terra dos Curdos). No século XVII, perdem sua unidade regional, sendo divididos pelo Império Otomano e Persa. A dissolução do Império Otomano, no final da 1ª Guerra Mundial, colocou a possibilidade de os curdos terem uma região autônoma. No Tratado de Sèvres, agosto de 1920, a Turquia inviabilizou a criação do Curdistão autônomo. Três anos depois, com o Tratado de Lausanne, a Turquia recuperou parte do seu domínio, incluindo o Curdistão ocidental. Por sua vez, o Iraque, o Irã e a Síria anexaram parte da região curda. O povo curdo, portanto, dividido em quatro regiões, passou a sofrer uma nova fase de brutal opressão nacional.

As novas fronteiras ditadas pelo imperialismo no final da 1ª Guerra dilaceraram ainda mais o povo curdo, dificultando terrivelmente a luta por constituir seu Estado nacional no Curdistão. Indicamos que somente em 1991 os curdos iraquianos conseguiram a semiautonomia. É bom também assinalar que os curdos, nos anos de 1980, ficaram premidos na guerra entre o Iraque e o Irã. Terminada a conflagração e diante da mortandade, Saddam Hussein ensaiou um acordo de autonomia, que não foi respeitado. Iniciou-se um princípio de limpeza étnica com a “arabização” do Curdistão. A heroica resistência dos curdos impossibilitou o avanço dessa política, mas não evitou a pilhagem. Desde os anos 60, os iraquianos vinham em um combate sem trégua contra a luta dos curdos pela independência e pelo direito à autodeterminação. Nos anos 70, se aventou um plano de “paz”, que previa uma certa autonomia do Curdistão iraquiano. Nesse trajeto, como se vê, a nação oprimida

passou por inúmeros massacres. Há o assombroso relato do uso de armas químicas pelo exército iraquiano contra os curdos que lutavam ao lado do Irã.

Bastam esses acontecimentos para se observar que o referendo de 25 de setembro está marcado por incessantes combates e empapado em sangue. A Turquia tratou de rechaçar a autonomia curda do Iraque porque enfrenta o mesmo problema. A anexação de uma parte do Curdistão no início dos anos 1920 abriu um período de enfrentamentos e massacres. As rebeliões que vão de 1925 a 1930 ficaram marcadas pela tentativa dos curdos de criar um Estado no leste da Turquia. A conhecida revolta de Ararates foi derrotada definitivamente em 1931 com massacres, deportações, proibição do uso da língua e tentativa de limpeza étnica. Nos anos 1970, a luta pela autonomia dos curdos na Turquia ganhou novas dimensões. Foi fundado o partido nacionalista (Partido dos Trabalhadores do Curdistão-PPK), que procurou se identificar como socialista. Teve de recorrer à guerrilha para enfrentar a brutalidade dos militares turcos nos anos 80. Estimam-se 35 mil mor-



A classe operária mundial deve apoiar o referendo de autodeterminação dos curdos e combater em defesa de sua reunificação em um Estado próprio do Curdistão. O que exige a crítica ao nacionalismo curdo, que se mostra incapaz de reagir ao imperialismo e tem servido de instrumento na guerra contra a jihad islâmica, que também expressa o nacionalismo típico das nações oprimidas.

tos. Originalmente, o PKK defendia um “Estado Curdo Unido e Socialista”, posição essa que já não consta das lutas atuais contra o Estado opressor turco. Apesar da tentativa de se negociar uma autonomia limitada do Curdistão turco e de se terem obtido alguns direitos de nacionalidade oprimida, o controle violento do Estado turco se mantém. De maneira que a Turquia não poderia reagir de outra forma contra o referendo dos curdos iraquianos. Essa manifestação, se avançar, reacenderá o nacionalismo curdo sufocado em sangue e brutal perseguição.

A classe operária mundial deve apoiar o referendo de autodeterminação dos curdos e combater em defesa de sua reunificação em um Estado próprio do Curdistão. O que exige a crítica ao nacionalismo curdo, que se mostra incapaz de reagir ao imperialismo e tem servido de instrumento na guerra contra a jihad islâmica, que também expressa o nacionalismo típico das nações oprimidas.

Realizadas as eleições na Alemanha

O proletariado alemão necessita construir o partido revolucionário

Em 24 de setembro, se realizaram as eleições para escolher os 709 deputados do Bundestag (Parlamento alemão). Com a participação de 76,2% (47 milhões de 61,675 milhões de eleitores), a **União Democrata Cristã (CDU)/União Social Cristã (CSU), da atual chanceler Ângela Merkel, conquistou 264 deputados; o Partido Socialdemocrata (SPD) 153; Alternativa para a Alemanha (AfD) 94; o Partido Liberal Democrata (FDP) 80; A Esquerda (Die Linke) 69 e o Partido Verde 67. Os partidos e legendas que não superaram a barreira de 5% de votos não contarão com representação.**

A CDU/CSU indicará o nome do chanceler. Porém, não conta com forças políticas suficientes para assegurar sua eleição. Está aberta uma etapa de negociações e concessões mútuas entre os partidos, visando a formar uma base parlamentar ao novo governo. Tudo indica que será assumido por Merkel pela quarta vez.

As negociações para a formação de coalizões têm na atual situação especial relevância. O novo governo terá de não apenas conter os efeitos da desagregação político-econômica da União Europeia, como fundamentalmente aplicar medidas imigratórias mais duras, avançar os ataques contra as massas, evitar a paralisia institucional e a ingovernabilidade no próximo período.

O aspecto essencial dessa constatação está em que os resultados eleitorais mostraram que a CDU/CSU teve seu pior resultado desde 1949 e que a socialdemocracia despencou, espelhando os péssimos resultados eleitorais desde o final da República de Weimar (1919-1933). Lembremos que à época sua queda se combinou com a incapacidade do Partido Comunista de mobilizar o proletariado sob a estratégia própria de poder, criando desse modo as condições para o ascenso do nazismo. Evidentemente, se devem guardar as devidas proporções e diferenças históricas. Mas, não se pode obscurecer ou desconhecer que o crescimento da AfD tem por base material o capitalismo em sua fase de decomposição.

A CDU/CSU perdeu eleitores para todas as legendas: 1,4 milhão para a FDP e milhão para a AfD. Os socialdemocratas (SPD) perderam votos para todos os partidos. Os nacional-chauvinistas da AfD foram os que mais votos arrancaram dos democratas, social-cristãos e até dos socialdemocratas (estimam-se 500 mil eleitores) e de Die Linke (cerca de 400 mil). Mas, especialmente, a direita nazi-fascista obteve 1,9 milhão de pessoas que costumavam não votar ou votavam em legendas menores. Assim, a AfD passou de 2.056.985 (2013) a 5.877.094 (2017).

Os dados acima demonstram que o crescimento da AfD se realiza à expensa dos partidos “democráticos” e reformistas. Demonstram também que a desagregação dessas legendas históricas não significou o avanço das legendas de esquerda burguesa (SPD e Die Linke). O crescimento da FDP, ganhando votos da CDU/CSU, representa apenas uma variação conjuntural, uma vez que compartilha da mesma base social e apenas

conseguiu arrastar os descontentes com democratas e social-cristãos, e não conquistou novos eleitores.

Diferentemente, o crescimento da AfD indica um processo mais profundo de ruptura de amplas camadas operárias, das classes médias e da juventude brutalmente atingidas pelas políticas e programas aplicados nas últimas décadas. O fundo histórico desse processo está no fato do capitalismo trilhar uma época de brutais reformas reacionárias. O capitalismo ataca violentamente as massas e tira-lhes antigos direitos e conquistas.

Ao se subordinarem à grande propriedade privada e defenderem o regime burguês, os socialdemocratas romperam com a demagogia reformista e se adaptaram por completo aos ditames capitalistas. Eis o fundamento histórico da desagregação da socialdemocracia alemã. E porque Die Linke tampouco podia servir de canal eleitoral às massas que se afastavam do SPD.

A queda da socialdemocracia espelha a decomposição do regime burguês. Diante da ausência de uma direção revolucionária capaz de traduzir o descontentamento dos explorados em consciência socialista, suas camadas mais atrasadas e desesperadas acabam fortalecendo o nacional-chauvinismo. A AfD é a manifestação dessa mesma lei histórica. As massas exploradas que apoiaram os fascizantes demonstraram que desconfiam das soluções aplicadas pela grande burguesia e que “liberais” e “democratas” traíram sua confiança.

Está aí a explicação de porque falhou a maciça campanha dos monopólios da imprensa de convocar à população a votar e “reforçar a democracia” contra “o autoritarismo” e “fascismo” da AfD. Ora, os partidos da ordem burguesa pretendem usar as combinações parlamentares para conter os nacional-chauvinistas constituídos no principal partido de oposição parlamentar.

Não se pode esquecer ainda que a força da AfD é o produto do avanço da tendência de fortalecimento e ascensão de partidos xenófobos, nacional-chauvinistas e fascizantes no mundo todo. Na Europa, essa tendência ganha força nos países imperialistas e de capitalismo avançado. Na Inglaterra, o Partido da Independência do Reino Unido (UKIP) chegou a se constituir na terceira força eleitoral e peça chave no triunfo do “Sim” no referendo de 2016 pela saída do Reino Unido da União Europeia (Brexit). Na França, a Frente Nacional (FN) perdeu no segundo turno das presidenciais contra Macron, mas se constituiu na segunda força política do país. Na Áustria, o Partido da Liberdade (FPÖ) chegou até o segundo turno das presidenciais e foi derrotado por escassa margem. Na Holanda, o Partido para a Liberdade (PVV) obteve 20 deputados. Até o atual governo norte-americano é uma manifestação desse mesmo processo mundial, ainda que com particularidades.

É nessas condições que a AfD, fundada há quatro anos, comparece hoje como a terceira força política do país, está presente em 12 parlamentos estaduais e no Parlamento europeu.

O que explica também por que é bem provável que o quarto mandato de Merkel assinalará uma nova etapa da luta de classes e definirá.

No jornal Massas 528, quando realizadas as eleições na Holanda, indicamos que a derrota eleitoral do partido nacional-chauvinista não significava “a queda dos partidos direitistas em outras eleições chaves”. A França e Alemanha confirmam esse prognóstico.

O fundamental do que temos colocado está em que o avanço das tendências fascizantes exige dos explorados a construção do partido revolucionário. Mas, não será possível resolver essa contradição histórica no campo da democracia burguesa. Não por acaso, o nacional-chauvinismo se nutre e cresce no ventre da democracia formal. Hitler chegou ao poder pela via das eleições e como resultado da desagregação dos governos

socialdemocratas. Em última instância, da incapacidade da democracia burguesa em resolver as profundas contradições do capitalismo em decomposição.

Tais circunstâncias exigem que o proletariado alemão tire as conclusões de sua experiência histórica. Mas também que aplique no país as experiências mais recentes da greve nacional da França (2016), que indicou o caminho para a retomada dos métodos do combate do proletariado contra os capitalistas e seu Estado. É nessas condições e por meio desse processo que o operariado alemão superará a crise de direção revolucionária, romperá com as traições da socialdemocracia e construirá o partido firmado na estratégia da revolução e ditadura proletárias. Temos uma tarefa internacional comum, que é a de reconstruir o Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.



Assimilando o leninismo

Lênin e a questão nacional

A Revolução Russa se colocou inicialmente diante de quatro grandes problemas: 1) derrubar a monarquia e edificar a República democrática; 2) emancipar os camponeses das relações servis; 3) estabelecer a paz sem anexação; 4) enfrentar a situação catastrófica de destruição, pobreza e miséria que sacrificava a vida das massas. Eram tarefas próprias da revolução burguesa.

A burguesia e seu governo provisório se mostraram incapazes de dar respostas a qualquer um desses pontos, que mantinham uma relação intrínseca de interdependência. A revolução proletária de 25 de outubro somente foi possível precisamente porque o novo governo, preso aos interesses do grande capital e submisso às potências europeias industrializadas, não tinha como aplicar um programa democrático de tal dimensão histórica. De maneira que a crise revolucionária que se abriu em fevereiro, em cuja base esteve o proletariado de Petrogrado, não pôde ser fechada pelo governo provisório.

O levante revolucionário se iniciou em 18 de fevereiro em um protesto fabril, tomou a forma insurrecional em 23 de fevereiro e concluiu com a tomada do Palácio de Táurida e constituição do soviete em 27 de fevereiro, que serviu à formação do 1º governo burguês provisório. A tarefa de pôr fim à monarquia estava cumprida. O que se seguia era se a revolução democrática burguesa iria cumprir as demais tarefas acima mencionadas.

O único programa que colocava e encarnava no seio das massas em luta tais soluções era o dos bolcheviques. Lênin compreendeu toda a grandeza das tarefas democráticas e a impossibilidade da burguesia e seu novo poder de atenderem às aspirações dos camponeses e dos demais oprimidos. Os bolcheviques puderam, assim, transformá-las em reivindicações, bandeiras, tarefas e impulsionar o movimento dos explorados em direção à revolução proletária. Como se vê, a tomada do poder, a constituição da República soviética e a expropriação da grande propriedade dos meios de produção tiveram em sua base a luta da maioria oprimida pelas tarefas democráticas próprias da Rússia que transitava em estado adiantado do feudalismo para o capitalismo. Está aí por que a primeira revolução

proletária triunfante ocorria em um dos países mais atrasados da Europa e de grande dimensão geográfica.

Embora a questão das nacionalidades não tenha aparecido inicialmente como uma das principais tarefas da revolução democrática, não só estava objetivamente presente como iria imediatamente emergir como fundamental para o avanço e confirmação da revolução de Outubro. Comparece como fator decisivo na guerra civil desencadeada pela contrarrevolução, alimentada pelo imperialismo. Era tarefa da Revolução de Fevereiro acabar com o sistema de opressão nacional sobre o qual se sustentava o império czarista. A Grã-Rússia foi denominada “prisão dos povos”. A sua população, porém, era de apenas 43%. Os 57% restantes eram formados por ucranianos, finlandeses, polacos, bielorrussos, moldavos, lituanos, estones, cazaquistãos, armênios, georgianos, turquistãos.... As diferenças econômicas e sociais eram tão grandes que iam de nacionalidades que já possuíam um certo grau de desenvolvimento industrial até nacionalidades nômades. Parte da Europa, do Cáucaso e da Ásia estava sob o poder do império czarista, que impunha todo tipo de proibição e repressão às inúmeras nacionalidades que ali habitavam. Chegava a tal ponto a opressão nacional que até mesmo as línguas eram proibidas. Os judeus, em particular, eram tão confinados que havia cerca de 650 leis que regulamentavam repressivamente sua vida econômica, social e cultural. Nessas condições de saque e repressão, era inevitável que houvesse revoltas e aspirações nacionais de independência. Despontavam, portanto, movimentos nacionalistas entre os povos mais desenvolvidos.

A desintegração da mo-



narquia abria caminho para o descontentamento nacional e, assim, às forças centrífugas no interior do império. A burguesia no poder não tinha como evitar o seu desmoronamento, a não ser mantendo a opressão nacional. Não tinha como atender à tarefa democrática de autodeterminação e de separação dos povos oprimidos. Nas nacionalidades mais desenvolvidas, como Ucrânia, Polônia, Finlândia e países do Báltico, a revolução de fevereiro despertou esperança de se constituírem em Estados próprios. Aspirações que interessavam não apenas a setores da burguesia que se formavam como também aos velhos latifundiários, que temiam o avanço da revolução proletária. A Finlândia sofreu intervenção, a Dieta foi dissolvida e seu governo provisório, preso. Isso porque os finlandeses proclamaram, no início de junho, a soberania, evidentemente, limitada, uma vez que mantinham atribuição da política exterior e militar ao governo central russo. Um conflito dessa natureza também se desenvolveu na Ucrânia. Emergiram nesta situação entre os vários povos as reivindicações de autonomia e de organização federativa para se constituir o Estado russo criado pela revolução de fevereiro. À Polônia foi reconhecida a independência, mas no momento em que se achava ocupada pelos alemães. Nota-se que, de um lado, os grandes proprietários passaram a usar a bandeira da autonomia para se opor à revolução; por outro, os operários e camponeses em luta se apoiavam nas tarefas que os interessavam, principalmente, o fim da servidão.

O I Congresso dos Soviotes, em junho de 1917, aprovou a ideia geral de igualdade entre os povos. Sob a influência dos mencheviques e socialistas revolucionários, que serviam de correia de transmissão do governo provisório, não podia ir além dessa formalidade. Mas indicava que a unidade entre as nacionalidades não poderia se dar por meio da violência.

O governo revolucionário de Outubro tomou como primeira medida o decreto sobre a paz, sem anexação. O fim das anexações indicava o fim da subordinação de um povo pelo outro para fins de dominação e saque. A “Declaração de Direitos dos Povos da Rússia” determinava: a autodeterminação das nações, a supressão dos privilégios e discriminações e o livre desenvolvimento das minorias étnicas. Em particular, se eliminou toda legislação que discriminava os judeus e os muçulmanos, que faziam parte do império russo. Em dezembro, foi reconhecida a independência da Finlândia. Isso ocorria no momento em que ainda se travava o combate entre a revolução e a contrarrevolução no seio da Finlândia e da Ucrânia, fundamentalmente.

Nas nacionalidades mais desenvolvidas, onde estava pre-

Assimilando o leninismo

sente a classe operária industrial, a organização dos soviets permitiu que a política revolucionária do proletariado expressasse o fundamento marxista da autodeterminação das nações oprimidas. O que permitiu definitivamente a expansão da revolução de Outubro e a coesão dos povos oprimidos em torno da ideia de um Estado soviético unitário.

Em 3 de julho de 1918, o V Congresso dos Soviets aprovou a primeira Constituição do Estado Operário em que se estruturou a República Socialista Federativa Soviética Russa. Estava garantida a igualdade entre as nações e o direito à autodeterminação. Evidentemente, se tratava apenas de um início de ruptura com a tradição histórica da opressão nacional. Somente o desenvolvimento das forças produtivas socialistas extinguiria de uma vez para sempre as heranças de um passado de discriminações.

A clareza com que Lênin e os bolcheviques trataram a questão das nacionalidades se deveu a que já no II Congresso do

Nas nacionalidades mais desenvolvidas, onde estava presente a classe operária industrial, a organização dos soviets permitiu que a política revolucionária do proletariado expressasse o fundamento marxista da autodeterminação das nações oprimidas. O que permitiu definitivamente a expansão da revolução de Outubro e a coesão dos povos oprimidos em torno da ideia de um Estado soviético unitário.

Partido Operário Socialdemocrata Russo, 1903, foi aprovado um programa que continha a defesa da autodeterminação nacional. Nesse momento, se abria uma ampla e feroz discussão sobre o “reconhecimento do direito de autodeterminação a todas as nações que formem parte do Estado”. Assim constava no projeto de programa defendido por Lênin. O Partido Socialista Polaco (PSP) foi uma das primeiras vozes a rechaçar tal formulação, acusando-a de “doutrinarismo” e “de sustentar concepção anarquista”. Em resposta, Lênin escreveu “O problema nacional em nosso programa”, em julho de 1903. Nesse mesmo período, manifestava-se a difícil discussão com a fração socialdemocrata que se mu-

nia do nacionalismo judeu. Lênin no artigo “Necessita o proletariado judeu de um partido político independente?” criticou a ideologia sionista do BUND (União Geral dos Operários Judeus da Lituânia, da Polônia e da Rússia). De 1903 a 1914, desenvolveu-se a áspera polêmica sobre o direito à autodeterminação. Lênin se viu obrigado a enfrentar uma importante opositora, que foi Rosa Luxemburgo. Dada a sua influência no movimento internacional, Lênin redigiu um extenso trabalho “Sobre o Direito das Nações à Autodeterminação”. Em meados de 1916, resumiu toda discussão de um período no documento “Balanço da Discussão sobre a Autodeterminação”.

Como se vê, o bolchevismo chegou à revolução de fevereiro e outubro completamente preparado para responder a esse intrincado e difícil problema das nações oprimidas. No próximo Massas, exporemos os argumentos de Lênin em defesa do postulado do direito da autodeterminação e separação das nações.



Ato político

100 anos da Revolução Russa

**PARTIDO OPERÁRIO
REVOLUCIONÁRIO**

22/10 - 15 hs